



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA Escola Superior de Educação

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MEIO PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**
Contributo de quatro instituições da região de Bragança

Marina Gonçalves Fernandes

*Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para
obtenção do Grau de Mestre em Educação Ambiental*

Orientado por
Professor Doutor Luís Filipe Pires Fernandes

Bragança
Junho de 2015

AGRADECIMENTOS

Não poderia passar sem agradecer ao meu orientador, o professor Doutor Luís Filipe Fernandes, pela sua disponibilidade, compreensão e ajuda.

À professora Dr.^a Conceição Martins, pela simpatia, ajuda, apoio e pertinência das suas sugestões para este trabalho.

Aos técnicos das quatro instituições com que contactei ao longo da realização deste trabalho, pela disponibilidade e ajuda.

A todos os que, de alguma forma, contribuíram e me encorajaram para a realização deste trabalho.

Para todos, os meus agradecimentos.

RESUMO

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992, reafirmou a Educação Ambiental como meio para alcançar o Desenvolvimento Sustentável. É necessário transformações que requerem construções de novas realidades e ações. E a Educação Ambiental constitui uma alternativa para reeducar a população para que perceba e tome consciência, de que esta crise é provocada pelo Homem e que só ele mesmo pode encontrar as soluções e alternativas necessárias para conseguir ultrapassar esta crise. O propósito da educação ambiental é estender os seus objetivos incorporando as relações entre cada sujeito e a natureza, numa escala que vincula o local com o global, convergindo assim no desenvolvimento. Atesta-se assim a pertinência desta investigação, pelo fato de constatar-se que, estas instituições têm vindo a trabalhar na área de educação ambiental e poderem ser consideradas grandes “motores” de desenvolvimento da região. Pretende-se assim com esta investigação verificar o papel da educação ambiental para o desenvolvimento local na região de Bragança. Tendo como principal objeto de estudo atividades de quatro instituições da região, o Parque Natural de Montesinho, o Parque Biológico de Vinhais, O Geopark Terra de Cavaleiros e a CoraNE (Associação de Desenvolvimento da Raia Nordeste), com a finalidade de perceber de que modo estas instituições, através das suas atividades, têm impacto no desenvolvimento na região, como o turismo setor que abrange estas instituições pode conduzir ao desenvolvimento local.

Para a realização desta investigação, procedeu-se a escolha da metodologia mais adequada para dar resposta aos objetivos propostos, e optou-se por uma metodologia qualitativa. Na primeira fase do trabalho procedeu-se à recolha de dados por duas técnicas diferentes, a análise documental e a entrevista. Seguindo-se a sua análise e posteriormente a aplicação dum guião de entrevista a técnicos das instituições. Realizando-se depois a interpretação da informação recolhida e analisada.

Considerando os resultados obtidos com a realização desta investigação verifica-se que as atividades promovidas pelas instituições têm impacto na região. Constata-se também que a Educação Ambiental é um meio para o Desenvolvimento Local através de diversos recursos, e que o turismo pode ser um fator relevante.

Palavras-chave: Educação ambiental; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento local; turismo.

ABSTRACT

The United Nations Conference on Environment and Development held in Rio de Janeiro in 1992 reaffirmed the Environmental Education as a means to achieve sustainable development. It is necessary transformations that require construction of new realities and actions, environmental education is an alternative to re-educate the population to realize and become aware that this crisis is caused by man and that only he can find the necessary solutions and alternatives. The purpose of environmental education is to extend its objectives incorporating the relationships between each subject and nature, on a scale that links local to global, thus converging in development. Is attested so the relevance of this research, because it appears that these institutions have been working in the area of environmental education and be considered large "motors" of development of the region.

This is to verify with this investigation the role of environmental education for local development in Bragança region. Its main object of study activities of four institutions in the region, the Montesinho Natural Park, the Biological Park Vinhais, Geopark Land of Knights and CoraNE (Development Association of Northeast Ray), in order to understand how these institutions, through their activities, have an impact on development in the region, such as tourism sector covering these institutions can lead to local development. To carry out this research, we proceeded to the choice of methodology the most appropriate and not fit to meet the proposed objectives, was qualitative methodology. In the first phase this work we proceeded to collect data for two different techniques, document analysis and interview. Following its analysis and after the use of an interview guide to technical institutions. It is after performing the interpretation of the information gathered and analysed.

Considering the results obtained in carrying out this investigation it appears that somehow the activities promoted by the institutions, impacts the region. Its also clear that environmental education is a means for local development through various resources, and tourism is a central key.

Keywords: environmental education; sustainable development; local development; tourism.

ÍNDICE

CAPÍTULO I - Introdução.....	1
1.1 Importância do Estudo	3
1.2 Objetivos e questões de Investigação	5
CAPÍTULO II - Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.....	7
2.1 Educação Ambiental.....	7
2.2 Desenvolvimento Sustentável.....	11
2.1 Desenvolvimento Local	16
2.3 O Turismo como elemento de desenvolvimento.....	19
2.3.1 Turismo rural.....	23
2.3.2 Turismo de natureza.....	25
2.4 Caracterização das instituições	27
2.4.1 Parque Natural de Montesinho	28
2.4.2 Parque Biológico de Vinhais	30
2.4.3 Geopark Terra de Cavaleiros	31
2.4.4 CoraNE.....	32
CAPÍTULO III -Metodologia	35
3.1 Natureza do estudo	35
3.2 Técnicas de recolha de dados.....	38
3.2.1 Análise documental.....	39
3.2.2 Inquérito por entrevista	40
3.3 Procedimento de recolha e tratamento de dados	43
3.4 Instituições colaboradoras.....	47
CAPÍTULO IV -Apresentação e Discussão dos Resultados	49
4.1 Análise de fontes documentais	49
4.2 Análise das entrevistas	63
4.3 Discussão de resultados.....	69
CAPÍTULO V - Conclusões.....	77
5.1 Principais conclusões	77
5.2 Limitações do Estudo.....	81
5.3 Implicações do Estudo e sugestões para investigações futuras	81
Referências Bibliográficas	83
ANEXOS	89
ANEXO 1 – Guião da Entrevista.....	90

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Componentes e objetivos de cada um dos cinco pilares do Ecodesenvolvimento.....	15
Tabela 2: Caracterização das instituições colaboradoras.	48
Tabela 3. Atividades desenvolvidas pelo Parque Natural de Montesinho.	50
Tabela 4. Número de visitantes do Parque Natural de Montesinho.	52
Tabela 5: Atividades desenvolvidas pelo Parque Biológico de Vinhais.	52
Tabela 6. Número de visitantes do Parque Biológico de Vinhais.	53
Tabela 7. Atividades desenvolvidas pelo Geopark Terras de Cavaleiros.....	54
Tabela 8. Número de visitantes do Geopark Terra de Cavaleiros.	54
Tabela 9. Ações desenvolvidas pela CoraNE no projeto Qualificação do Turismo Ativo.	56
Tabela 10. Ações desenvolvidas pela CoraNE no projeto AMBI-EMPLEAte.....	57
Tabela 11. Ações desenvolvidas pela CoraNE no âmbito do projeto Wolf.	59
Tabela 12. Ações desenvolvidas pela CoraNE no projeto Wolf a nível local.....	60
Tabela 13. Análise SWOT efetuada pela CoraNE sobre o desenvolvimento do turismo na Terra Fria Transmontana.....	62
Tabela 14: Síntese dos descritores referentes à "Importância da EA para o DL".	69
Tabela 15: Síntese dos descritores referentes ao "Turismo como fonte de DL".	69
Tabela 16: Síntese dos descritores à " Importância do turismo de natureza para as instituições".....	72
Tabela 17: Síntese dos descritores para a "Importância do turismo para o DL"	73

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

- CIPNM- Centro de Interpretação do Parque Natural de Montesinho
CIRAP- Centro Interpretativo de Raças Autóctones Portuguesas
CNUAD- Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento
CoraNE- Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste
DL- Desenvolvimento Local
DS- Desenvolvimento Sustentável
EA- Educação Ambiental
GAL- Grupos de Ação Local
GEE- Gases Efeito Estufa
GTC- Geopark Terra de Cavaleiros
NIL- Núcleo Interpretativo da Lorga de Dine
OMT- Organização Mundial do Turismo
PBV- Parque Biológico de Vinhais
PME- Pequenas e Medias Empresas
PNM- Parque Natural de Montesinho
QTA- Qualificação do Turismo Ativo
TER- Turismo em Espaço Rural

CAPÍTULO I - Introdução

A evolução do homem foi longa até atingir uma consciência da necessidade de preservação do ambiente. Em todos os encontros internacionais, promovidos devido a crescente preocupação ambiental, que se celebraram reforçou-se a ideia de que a educação para o ambiente deve ser uma estratégia e uma prática social, não só por causa das ameaças que vem sofrendo o planeta, mas também pela necessidade de preservar os recursos naturais para as gerações futuras, tendo também a capacidade de análise das atuais tendências de produção e consumo características do sistema económico dominante. A Educação Ambiental (EA) aparece assim como um meio de provocar mudanças de atitudes e comportamentos em relação ao ambiente de forma a possibilitar a melhoria da qualidade de vida das populações e potenciar mudanças que consigam transformar o sistema económico e social na direção da sustentabilidade. Destaca-se assim a importância da EA para alcançar o Desenvolvimento Sustentável (DS), que se baseia em três pilares: ambiental, económico e social.

O Desenvolvimento Sustentável tem representado nas últimas décadas uma preocupação a nível mundial e é neste contexto que surge o conceito de Desenvolvimento Local (DL), como uma tendência de afirmação das comunidades, numa perspetiva de pensar globalmente, agir localmente. O DL é um processo dinamizador da sociedade local com aproveitamento eficiente dos recursos endógenos. Este tipo de desenvolvimento permite uma valorização local e dá ao homem a responsabilidade de participação na procura da sustentabilidade e da identidade do seu território.

Progressivamente a questão da sustentabilidade e do ambiente têm vindo a assumir uma grande importância no que diz respeito ao turismo. A perceção de que o turismo se tinha transformado num consumidor voraz de recursos naturais, levou a que se reavaliasse a relação entre turismo e ambiente, tornando o DS um desafio para a indústria turística. O turismo de natureza surge em consequência de um contexto social e político específico, que conduziu a uma nova abordagem do turismo face às questões ambientais. Emergem assim novas formas de turismo de cariz ambiental, tendo como objetivo a lazer caracterizado pelo contacto com a natureza e com os valores culturais tradicionais, traduzindo-se assim no turismo de natureza.

O turismo pode resultar num contributo relevante para o desenvolvimento de algumas áreas se bem planeado e tendo em conta os critérios da sustentabilidade.

Impõem-se a necessidade de revitalizar e tirar partido dos recursos naturais, transformando-os em atividades económicas viáveis, competitivas e atrativas. Pode-se assim dizer que o turismo comporta qualidades que contribuem para apoiar o DL.

Este trabalho de investigação tem como objetivo refletir sobre como o trabalho de algumas entidades da região do nordeste transmontano, através dos seus projetos, influenciam no Desenvolvimento Local (DL). Para isso, esta investigação vai basear-se na análise das atividades de quatro de instituições: o Parque Natural de Montesinho (PNM), o Parque Biológico de Vinhais (PBV), o Geopark Terras de Cavaleiros (GTC) e a Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina (CoraNE) visto serem em grande parte, as principais responsáveis por promover atividades que levem ao desenvolvimento da região de Bragança tendo por base a promoção dos produtos e espaços naturais endógenos. Sendo entidades que visam a atração de população externa à região, muitas das suas atividades têm grande potencial em termos do DL.

A dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo é feita a introdução, onde se mostra a importância e justificação do estudo e se apresentam os objetivos e as questões de investigação. No segundo capítulo, de forma mais ampla aborda-se a relação entre a Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e a importância da educação para o Desenvolvimento Local. Aborda-se também a relevância do turismo sustentável, nomeadamente em regiões de baixa densidade populacional, assim como os possíveis efeitos positivos do turismo sobre o Desenvolvimento Local. Por último, no segundo capítulo é feita um enquadramento teórico de apresentação mais alargada das instituições participantes no estudo, dos seus objetivos, das atividades que desenvolvem e dos constrangimentos e oportunidades que se colocam ao seu trabalho. O terceiro capítulo refere-se à metodologia utilizada neste estudo, apresentando as técnicas de recolha de dados, faz-se uma breve síntese de caracterização das instituições que colaboraram e apresenta-se o procedimento referente à recolha e tratamento dos dados obtidos. No quarto capítulo apresentam-se os resultados e faz-se a discussão dos mesmos. Por fim, no quinto capítulo apresentam-se as conclusões que foi possível extrair a partir do cruzamento da informação obtida por análise dos dados recolhidos, referem-se as limitações encontradas no decurso da investigação e avançam-se algumas sugestões para futuros trabalhos. A dissertação termina com a apresentação das referências bibliográficas e dos anexos.

1.1 Importância do Estudo

Devido ao contexto atual, marcado pela globalização que levou à expansão de atividades e serviços e a uma crescente procura de bens e produtos por parte da população, são necessárias condições de resposta a estes desafios trazidos pela globalização e o Desenvolvimento Local, pode ser visto como uma resposta estratégica, através de iniciativas locais que promovam a sustentabilidade das regiões (Barquero, 2001).

Um modelo de DL associado ao DS passa necessariamente pela educação. Para uma estratégia de DS ter efeito, é necessário que a consciencialização da sociedade seja efetiva. A Educação Ambiental (EA) é o meio de aquisição dos conhecimentos, atitudes e comportamentos que pretende alcançar essa consciência individual e coletiva que leve os cidadãos a uma utilização mais equilibrada dos recursos e a modos de vida mais sustentáveis (Schmidt, Nave & Guerra, 2006). Surge assim, a par do conceito de EA, o conceito de DS, como a forma de permitir o equilíbrio entre o crescimento económico e a preservação dos recursos em níveis que permitam a progressiva regeneração dos sistemas naturais. Estes conceitos refletem ambos uma crescente preocupação ao nível mundial, principalmente a partir da segunda metade do século XX, quer com as crescentes fragilidades detetadas nos sistemas naturais, quer com os reflexos dessas perturbações sobre a espécie humana, tanto em termos ecológicos, como sociais e económicos.

Contudo, todo trabalho de EA que é necessário fazer e todo o esforço de levar a que a EA tenha um forte e eficaz contributo para o DS não deve ficar confinado às escolas, mas deve ser tido também em conta pelas diversas instituições que têm por objetivo o DL. Para atingir este objetivo, um dos meios é o turismo, proporcionado pelas atividades que estas instituições realizam, desde que explorado de forma consistente com a gestão das potencialidades e fragilidades locais.

O turismo é um conceito moderno de viajar que nasce com o Grand Tour em Inglaterra, nos séculos XVIII-XIX. Os objetivos do Grand Tour eram essencialmente educativos, culturais e intelectuais, destinados aos jovens aristocratas e elites europeias. Com o despontar da civilização industrial o turismo vai crescer, devido a algumas transformações na sociedade, como o direito a férias remuneradas, o aumento do rendimento salarial e do tempo livre, o desenvolvimento dos transportes e melhoria nas condições de acessibilidade (Silvano, 2006).

Todas estas mudanças levaram a uma crescente massificação do turismo nos destinos mais procurados. Produzindo assim consequências a nível social, cultural, económico e ambiental. Ao nível ambiental o impacto causado pela atividade turística tem a ver essencialmente com a poluição da água, do ar, sonora, visual e pelo excesso de resíduos sólidos. A massificação e saturação de alguns destinos turísticos levaram o turista a procurar locais diferentes que permitem principalmente o contacto com a natureza, o património, a cultura e as tradições.

Em pleno século XXI o turismo ganhou o estatuto de uma das grandes atividades económicas do mundo. O ambiente tem vindo a assumir um lugar central no desenvolvimento turístico, fazendo com que os investidores do setor atribuam a prioridade à preservação do património natural (Cunha, 2006).

Além de uma atividade economicamente poderosa, o turismo é, também, um fator importante como um motor do desenvolvimento e de valorização territorial. Através do turismo pode-se investir no potencial natural e cultural de uma determinada área, através de ações de parceria com a população local, o sector público e privado (Barquero, 2001). A utilização turística contribuirá para o desenvolvimento das regiões, fornecendo meios para a conservação e proteção ambiental e para defender a cultura e a história. Contudo, sem um apropriado planeamento também pode ter uma ação contrária. O futuro passará pela conjugação entre as preocupações económicas com as preocupações ambientais, ou seja, a viabilidade de um sem a sustentabilidade do outro não é duradoura e a rentabilidade turística depende da harmonia entre as duas componentes (Jacobi, 2003).

Assim, com este estudo pretende-se mostrar como a EA tem um papel relevante no DL, através de algumas atividades das instituições escolhidas. Verificar como algumas das atividades das instituições que colaboraram no estudo, conseguiram levar a mudanças que se traduzem no DL da região do distrito de Bragança.

As quatro instituições intervenientes neste estudo foram escolhidas por serem fortes potenciadores de desenvolvimento da região através dos projetos e iniciativas que realizam, sendo fator comum a estas instituições, potenciar o DL na região tendo por base a EA e o turismo com carácter ambiental. Em todas elas existem alguns projetos e atividades relacionadas com o turismo, no entanto, existem projetos diferentes, modos diferentes de atuar e diferentes perceções por parte dos técnicos e dirigentes.

A realização deste estudo permite conhecer o trabalho desenvolvido por estas quatro instituições e sistematizar a informação recolhida para extrair indicadores de

apreciação do impacto das mesmas no DL. Por outro lado, com este estudo pretende-se por em prática o conhecimento adquirido com a formação em EA, enriquecer o meu desenvolvimento como investigadora, e assim contribuir de alguma forma para se conhecer melhor as potencialidades e fragilidades da região, contribuindo para encontrar novas oportunidades no futuro.

1.2 Objetivos e questões de Investigação

A atividade turística, assim como outras formas de atividade económica, corresponde a uma área influenciada por múltiplos setores. Por incorporar um amplo conjunto de atividades da competência de diferentes atores e entidades, públicas e privados, as políticas de turismo são, por excelência, multissetoriais e, na sua implementação, tornam-se extremamente complexas. Podemos encontrar programas, projetos e atividades noutras políticas setoriais com forte influência sobre o turismo, como é o caso das políticas urbanas, de desenvolvimento regional, de emprego e, mais recentemente, de preservação ambiental e do património cultural.

Sendo assim, a presença de indicadores de turismo numa dada região é importante para estabelecer as metas e direcionar o desenvolvimento do setor. Nesta perspetiva, esta investigação teve por objetivo geral analisar o conteúdo dos relatórios de atividades e das perceções dos responsáveis das instituições participantes, com base em duas categorias de análise: a importância da EA para o DL e o turismo como fonte de DL.

Com este estudo pretende-se atingir os seguintes objetivos:

- Caracterizar as instituições integrantes neste estudo;
- Analisar a importância da EA, como um instrumento para o DL;
- Diagnosticar como as ações de turismo se refletem no DL;
- Avaliar a perceção dos responsáveis das associações envolvidas no estudo, sobre o papel da EA e do turismo no DL.

Tentando ir ao encontro dos objetivos definidos, formularam-se as seguintes questões que se pretende dar resposta com esta investigação:

- As instituições participantes na investigação incluem nas suas práticas a EA, que atividades realizam e a quem se destinam?
- Qual o papel das instituições no DL?

- Quais as opiniões dos responsáveis das instituições sobre a EA, o DL e a relação entre ambos?
- Quais os fatores que as instituições consideram mais importantes na definição de projetos direcionados para o desenvolvimento?
- Qual o impacto das atividades promovidas pelas instituições participantes no DL da região de Bragança?

CAPÍTULO II - Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

No final do século XX, as pressões exercidas sobre o ambiente levaram ao esgotamento de recursos, ao desaparecimento de espécies de flora e fauna e a contaminação ambiental, tornando evidente à humanidade que os recursos não são renováveis infinitamente, e que são escassos. Surge assim a preocupação pelas questões ambientais e, posteriormente, o conceito de EA.

2.1 Educação Ambiental

O conceito de EA passou por várias etapas, durante o aperfeiçoamento das ideias que surgiam a partir das primeiras discussões em todo desta problemática. Existem muitas definições e muitos conceitos para a EA. Contudo congregam o mesmo sentido: educar o ser humano em relação ao meio do qual ele é parte integrante e do qual ele não pode ser desassociado (Schmidt, Nave & Guerra, 2006). Torna-se necessária uma mudança de atitudes e comportamentos, que permita uma gestão mais responsável dos recursos e fomente a equidade social, o que remete para o conceito de Desenvolvimento Sustentável (Schmidt, Nave, & Guerra, 2006).

Na primeira Conferência Internacional sobre Ambiente, realizada pela ONU, realizada em Estocolmo, em 1972, com o título “Meio Humano”, são abordados pelos vários estados participantes os problemas ligados ao ambiente e reconsidera-se o próprio conceito de ambiente, valorizando a componente humana ao distinguir a dupla dimensão do meio, compreendendo tanto as componentes naturais do planeta como os espaços modificados pelo homem. Esta Conferência mostrou também a necessidade e oportunidade de criar um sistema de intervenção mais eficaz junto dos governos dos diversos países, através de um esquema de cooperação que permitisse estudar e redimensionar os problemas ambientais (Cavaco, 1992).

Em Outubro de 1975, realiza-se em Belgrado a Conferência de Belgrado, de onde resultou a Carta de Belgrado com os objetivos e princípios da EA e mantém-se ainda hoje como um documento norteador de uma conceção de EA. Mas institucionalização da EA dá um passo significativo com a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, realizada na Geórgia em 1977 em que são acentuadas as diretrizes resultantes da Carta de Belgrado (Schmidt, Nave, & Guerra, 2010).

Tbilisi (1977), Moscou (1987), Tessaloniki (1997) e Ahmedabad (2007) foram as Conferências Internacionais que marcaram a evolução do EA no mundo. Na verdade,

desde 1987, com a publicação do Relatório Brundtland, produzido pela Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento e intitulado “O Nosso Futuro Comum”, que o consenso mundial em torno da necessidade de uma transição para um modelo de desenvolvimento sustentável tem vindo a crescer.

Foi na Conferência Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro pela ONU, que se enunciou de forma mais clara a relação entre a EA e os conceitos de equidade social e económica, bem como a necessidade de mudanças de valores e atitudes, voltados para a sustentabilidade social, cultural, económica, ética e ambiental. Só após a ECO’92 se generalizou o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS), passando a ser usado regularmente apenas a partir da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada pelas Nações Unidas em Joanesburgo (2002) e da proclamação, no mesmo ano, da Década das Nações Unidas (2005-2014) da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

A evolução do homem foi longa até atingir uma consciência da necessidade de preservação do ambiente. Não por causa das ameaças que vem sofrendo o planeta, mas também pela necessidade de preservar os recursos naturais para as gerações futuras. A EA aparece como um meio pelo qual os indivíduos e coletividades adquirem conhecimento, atitudes e competências para a conservação do ambiente, permitindo a exploração económica dos recursos de forma racional sem gerar desperdícios, essencial para uma boa qualidade de vida e um Desenvolvimento Sustentável (Júnior, 2008).

Ao longo dos tempos, houve a necessidade de mudar paradigmas na procura de uma educação renovadora, como um processo mais completo que promova o desenvolvimento de uma compreensão mais realista do mundo. Em pertinente análise, Dias (2004) citado por Battassini e Costa (2009) afirma:

Estamos produzindo um mundo que nenhum de nós deseja. A par dos grandes avanços científicos e tecnológicos, a espécie humana experimenta um novo desafio à sua sustentabilidade: a perda do equilíbrio ambiental, acompanhada da erosão cultural, injustiça social e económica e violência, como corolário de sua falta de percepção, do seu empobrecimento ético e espiritual, também fruto de um tipo de Educação que ‘treina’ as pessoas para ser consumidoras úteis, egocêntricas e ignorar as consequências ecológicas de seus atos. (p. 6)

A crise ambiental precisa de respostas inovadoras e eficazes, onde todas as esferas quer individuais quer sociais possibilitem a ação. Mas é preciso compreender se as pessoas e os organismos que as representam estão suficientemente sensibilizados para

iniciar este processo de mudança. Uma forma de resolver esta falha de preparação é potenciar a EA (Meira-Carrea & Pinto, 2008).

Por meio da EA, as pessoas podem analisar a realidade de uma maneira mais crítica, ou seja, perceber o que está certo e o que não está e investigar meios para provocar as mudanças necessárias. Este entendimento pode acontecer através de suas próprias experiências e da troca de experiências, desta forma podemos exercer a cidadania, promovendo transformações em todos os níveis da sociedade.

Em todos os encontros internacionais que se celebraram, reforçou-se a ideia de que a educação deve ser uma estratégia e uma prática social com capacidade para análise crítica das atuais tendências de produção e consumo características do sistema económico dominante. Simultaneamente, manteve-se a ideia de que a educação tem capacidade de potenciar mudanças que consigam transformar o sistema económico na direção da sustentabilidade. Neste sentido destaca-se a importância da EA, quando aborda aspetos políticos, administrativos, técnicos e sociais, os quais é preciso ter em conta para alcançar o Desenvolvimento Sustentável (DS) (Meira-Carrea & Pinto, 2008).

Sendo que uma das finalidades da EA é provocar mudanças de atitudes e de comportamentos em relação ao ambiente, de forma a possibilitar a melhoria de qualidade de vida da população, quanto mais conhecermos a sua natureza e as suas relações, mais fácil será encontrar melhores formas de utilizar os recursos, causando um menor impacto (Battassini & Costa, 2009). Contudo, a EA não pode ser entendida como uma ação pronta e acabada, mas, mais do que isso, ela deve ser entendida e aceite como um importante método de transformação. Trata-se de um processo de ensino-aprendizagem que se encontra em constante evolução e aperfeiçoamento para ajudar na formação de cidadãos dignos e comprometidos com o meio em que vivem e com a sociedade local e global.

Contudo, para que a EA alcance o seu objetivo enquanto ferramenta social, é necessário que haja uma adequada formação de indivíduos a fim de alertar a sociedade para o seu papel crítico, concretizando-a na procura de melhor qualidade de vida para todos, pautada sobretudo na sustentabilidade e no respeito aos limites dos recursos naturais (Júnior, 2008).

O Desenvolvimento Local (DL), tal como a EA, aparece como um caminho a ser seguido para se chegar à satisfação em qualidade de vida da coletividade, o qual permite perceber a importância do envolvimento de todos os setores da sociedade, considerando o trabalho integrador por parte de toda a população (Battassini & Costa, 2009). O

aproveitamento do potencial da população local valoriza a sua cultura, fazendo com que as pessoas se sintam responsáveis e envolvidas na procura das soluções para os problemas locais, promovendo assim mudanças no comportamento. Le Bourlegat (2000), citado por Battassini e Costa (2009), asseveram que “a força do lugar (ordem local) reside no território compartilhado e identificado por uma consciência social e comunitária, cuja essência é a própria história vivida em comum” (p.13). Para tornar a EA um instrumento de DL é necessário a formação de uma nova consciência através do conhecimento e da reflexão sobre a realidade ambiental e social, voltada para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos que favoreçam o exercício da cidadania, a conservação do ambiente e a promoção da saúde e do bem-estar (Battassini & Costa, 2009).

Trabalhar o conceito de sustentabilidade como horizonte desejável é extremamente complexo, pela quantidade de fatores implicados no conceito, e pelas inúmeras relações entre eles. Implica também a tomada de decisões, e para a definição destas decisões é necessário um acordo coletivo que envolva toda a comunidade. Verifica-se que a participação das comunidades na sustentabilidade é muito relevante (Cunha & Santiago, 2008).

De forma genérica, a participação pode ser definida como a ação ou o efeito de participar ou ter parte em algo. No contexto ambiental segundo Castro (1998) referenciado em Meira-Carrea e Pinto (2008), o conceito específico de participação ambiental “pode entender-se como todo o processo de implicação direta das pessoas no conhecimento, valorização, prevenção e correção de problemas ambientais” (p. 32). A implicação direta das pessoas na procura de alternativas para os problemas ambientais através da participação, contribui para uma resolução mais eficaz dos problemas ambientais, desenvolve um sentido de pertença das pessoas com o seu meio, fomenta a integração social, melhora as relações entre os indivíduos da população.

Não podemos falar de sustentabilidade sem nos remetermos à EA, como um instrumento essencial para viabilizar o desenvolvimento pleno segundo os aspetos social e económico. A consciência ecológica está intimamente ligada à preservação do ambiente. A importância da preservação dos recursos naturais passou a ser preocupação mundial e nenhum país pode excluir-se desta responsabilidade. Essa necessidade de proteção do ambiente é antiga e surgiu quando o homem passou a valorizar a natureza, mas não de maneira tão acentuada como nos dias de hoje. Até então, talvez não se desse muita importância à extinção dos animais e das plantas, mas existia um respeito para

com a natureza, por ser criação divina. Só depois que o homem começou a conhecer a interação dos microrganismos existentes no ecossistema é que a sua responsabilidade aumentou (Júnior, 2008).

O conceito de DS concilia duas situações aparentemente antagónicas. De um lado, temos a necessidade da preservação do ambiente, e, de outro, a necessidade de incentivar o desenvolvimento socioeconómico. Mas essa conformidade é possível através da utilização racional dos recursos naturais. Durante muito tempo, o orgulho pelo crescente poder tecnológico da nossa sociedade associou-se à crença no valor absoluto do crescimento económico e à ilusão de um potencial de recursos naturais, inesgotáveis e gratuitos para gerar uma forma de viver, e de pensar, que se afirmava na ambição de se conseguir o domínio total do mundo conhecido, a conquista da natureza (Cavaco, 1992).

2.2 Desenvolvimento Sustentável

O uso da palavra sustentabilidade tem crescido exponencialmente, essencialmente a partir de 2002, passando a ser usado regularmente principalmente a partir da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada pelas Nações Unidas em Joanesburgo (2002) e da proclamação, no mesmo ano, da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014).

As palavras “sustentabilidade”, “sustentável” e “sustentado” têm vindo a ser utilizadas em muitas aplicações. Por vezes confunde-se sustentabilidade com a responsabilidade social outras vezes com ambiente. Esta dispersão de conceitos deve-se à interdisciplinaridade necessária para a discussão, apreensão e aplicação do conceito englobante de sustentabilidade (Lopes, 2004).

Pode considerar-se que o conceito de desenvolvimento esteve primeiramente subjacente à ideia de progresso científico e técnico, de racionalidade material e utilitarista, sustentada por dois acontecimentos importantes na história, a Revolução Agrícola e a Revolução Industrial (Figueiredo, 2003). No século XVIII, com o advento da revolução industrial, os recursos naturais passaram a ser explorados de forma sistemática, originando-se uma série de desequilíbrios ao nível ambiental, económico e social como refere Hall e Page (1999, citados por Silvano, 2006).

No século XIX e parte do século XX (até à década de 70) a noção de desenvolvimento teve por base o paradigma do crescimento económico, passando a

valorizar-se a questão da riqueza, em que o crescimento económico se sobrepõe ao desenvolvimento. No entanto, os efeitos decorrentes da sua aplicação provocaram ainda mais desigualdades e desfasamentos a nível social e económico, isto porque muitos aspetos ficaram à margem destes modelos, tais como a questão da desertificação, da preservação ambiental, igualdade de oportunidades e os desequilíbrios territoriais e sociais (Cavaco, 1995). Durante este período, o desenvolvimento era entendido como sinónimo de crescimento económico, assente nos seguintes pressupostos: “aumento da produtividade, na crença cega e ilimitada na ciência e da tecnologia, no mito do modo de vida urbano, na exploração dos recursos naturais e na centralização de toda a ação e iniciativas de desenvolvimento” (Figueiredo, 2003, p. 217).

A evolução inicial do conceito de DS deveu-se a vários acontecimentos relacionados com acidentes ambientais e aos impactos negativos produzidos pela crescente atividade humana, apontando-se diversas críticas ao modelo de desenvolvimento da época. Uma delas culminou na publicação, em 1962, do livro *Silent Spring*, de Rachel Carson (Lopes, 2004). Nos anos setenta, surgiram os primeiros movimentos sociais que discutem a insustentabilidade do modelo neoliberal, promovendo ações a alertar para a questão ambiental vivida e a necessidade de criar alternativas com vista a melhoria da situação ambiental. É constituído em 1972 o Clube de Roma, uma associação formada por cientistas, intelectuais e empresários de todo o mundo, que divulgou o Relatório Meadows, também conhecido como “Os Limites do Crescimento” (*The Limits of Growth*). Este documento avaliou as condições da degradação ambiental a nível mundial e elaborou algumas previsões para o futuro, centrando-se na questão dos recursos não serem infinitos e no facto da Terra não poder sustentar indefinidamente um crescimento populacional, como o que se vem a verificar (Burnay, 1997).

As Nações Unidas, face a estas questões, muito cedo manifestaram a necessidade de procurar novos conceitos de desenvolvimento, de bem-estar e de cooperação internacional, de modo a promover um equilíbrio entre as nações. Os anos oitenta trouxeram, a par do agravamento das questões ambientais, a multiplicação de várias reuniões onde participaram especialistas em questões do ambiente e políticos. A Assembleia das Nações Unidas em 1982 constituiu uma Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, em que participaram elementos de 21 países, com a finalidade de analisar os problemas ambientais e de desenvolvimento de forma a poderem propor estratégias ambientais a longo prazo para o ano 2000 (Dias & Santos,

2008). Da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, resulta a elaboração de um documento intitulado “O Nosso Futuro Comum” (Our Common Future), em 1987. Este documento também ficou conhecido como Relatório Brundtland, por ter sido apresentado na Assembleia das Nações Unidas, cujo encontro foi presidido pela então primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland (Fraga, 2003). Este relatório visava promover o desenvolvimento económico e social, em conformidade com a preservação ambiental e salienta que o Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades atuais, sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades (CMAD, 1991).

Tendo sido elaborado à luz dos pressupostos da preservação da natureza, eliminação da pobreza, crescimento económico e garantia da existência das gerações vindouras, é nele que surge pela primeira vez o conceito de DS utilizado e discutido até aos dias de hoje. Este documento atravessa diversos campos da vida humana e da sociedade, desde questões relacionadas com o desenvolvimento económico, social, à conservação e administração dos recursos, ao papel dos grandes grupos sociais, bem como incentiva à criação de projetos que visem o DS tendo em conta a preservação dos recursos naturais e a qualidade ambiental (Figueiredo, 2003).

A sustentabilidade do planeta “permite a satisfação das necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de satisfação das necessidades das gerações futuras” (Dias & Santos, 2008, p. 20). Esta definição tem subjacente uma visão de progresso que faz a ligação entre desenvolvimento económico, proteção do ambiente e equilíbrio social. É aqui que reside a permanente tentativa de compatibilização entre o crescimento económico e a necessidade de prevenir escassez futura dos recursos naturais, com as implicações sociais que esse crescimento económico traz para a sociedade. Esta compatibilização implica que as ações desenvolvidas pelas nações e pelos seus agentes, consumidores e empresas, tenham um horizonte temporal de longo prazo e não o imediatismo dos retornos de curto prazo, que ignoram as consequências futuras desses investimentos (Júnior, 2008).

Segundo a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, o Desenvolvimento Sustentável constitui um processo de mudança orientada em que a exploração dos recursos, o desenvolvimento tecnológico, os investimentos e as alterações institucionais estão todos em harmonia e fomentam a capacidade presente e futura de prover satisfação às necessidades. Esta Comissão elaborou também os

princípios fundamentais do desenvolvimento, que ficaram conhecidos como a Declaração de Tóquio:

- Reavivar o progresso,
- Mudar a qualidade do progresso,
- Conservar e melhorar a base de recursos,
- Assegurar um nível populacional sustentável,
- Reorientar a tecnologia e controlar os riscos,
- Integrar o ambiente e a economia na tomada de decisões,
- Reformar as relações económicas internacionais,
- Intensificar a cooperação internacional. (p. 76)

De acordo com alguns autores, o Desenvolvimento Sustentável deriva do conceito de Ecodesenvolvimento, que era o termo usado nos anos 70 pelas primeiras correntes que apontavam para a necessidade de conjugação da defesa do ambiente em conjunto com o desenvolvimento. O intuito principal referia-se à necessidade de encontrar equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento socioeconómico. Primando pelo não esgotamento dos recursos para o futuro na tentativa de considerar as necessidades do presente, sem comprometer as gerações futuras (Silva, 2012).

Segundo Oliveira (2006, citado por Silva, 2012), “Pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, ambiente, liberdade, lazer, entre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade” (p.17). Ideia que aponta o DS como uma alternativa viável de sustentabilidade. Nesta linha de pensamento, Montibeller Filho (1993, referido em Silva, 2012) desenvolve o conceito (tabela1), considerando que é possível atribuir-lhe cinco dimensões de sustentabilidade: sustentabilidade social; económica; ecológica; espacial; e sustentabilidade cultural” (p. 18).

O conceito de DS apresentado no Relatório Brundtland em 1987 foi colocado na agenda política mundial pela Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, também designada por Cimeira da Terra. Resultaram da Conferência, a Agenda 21, um plano de atividades para o século 21, em que cada participante vai levar e adaptar no seu país e assim promover o Desenvolvimento Sustentável, de uma forma global. Para além da Agenda 21, resulta da Rio’92 a Carta da Terra, a Convenção da Biodiversidade e a Convenção sobre as Alterações Climáticas, fruto da preocupação pela preservação da fauna e flora

nas suas múltiplas vertentes, mas também pelas grandes emissões de gases efeito estufa (Dias & Santos, 2008).

Tabela 1. Componentes e objetivos de cada um dos cinco pilares do Ecodesenvolvimento (Montibeller Filho (1993, citado em Silva, 2012).

Dimensão	Componentes principais	Objetivo
Sustentabilidade social	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de postos de trabalho que permitem uma melhor qualidade de vida e melhor qualificação profissional. - Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais. 	Redução das desigualdades sociais.
Sustentabilidade Económica	<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo permanente de investimentos públicos e privados. - Manejo eficiente dos recursos. - Absorção pela empresa dos custos ambientais. 	Aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa.
Sustentabilidade Ecológica	<ul style="list-style-type: none"> - Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas. - Prudência no uso dos recursos não-renováveis. - Prioridade à produção de energias renováveis. - Redução da intensidade energética e conservação de energia. - Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos. - Cuidados ambientais. 	Qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos naturais para as próximas gerações.
Sustentabilidade espacial ou geográfica	<ul style="list-style-type: none"> - Descentralização espacial (de atividade, de população). - Desconcentração local e regional do poder. - Relação cidade-campo equilibrada. 	Evitar excesso de aglomerações.
Sustentabilidade Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Soluções adaptadas a cada ecossistema. - Respeito à formação cultural comunitária. 	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo.

A implementação do DS assentava inicialmente em duas dimensões fundamentais: o desenvolvimento económico e a proteção do ambiente. Após a Cimeira Social de Copenhaga, realizada em 1995, foi integrada a vertente social como terceiro pilar do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Assim, embora atualmente o DS mantenha o mesmo desígnio global, a sua implementação é realizada com base em três dimensões essenciais: o desenvolvimento económico, a coesão social e a proteção do ambiente (APA, 2008). Nesse sentido, apresentam-se, como desafios à sustentabilidade pretendida para o desenvolvimento, temas globais como a erradicação da pobreza, a promoção do desenvolvimento social, da saúde e de uma utilização e gestão racional

dos recursos naturais, a promoção de padrões de produção e consumo sustentáveis, onde se faça uma dissociação entre o crescimento económico e as pressões sobre os ecossistemas, no sentido de uma maior eco-eficiência da economia, a conservação e gestão sustentável dos recursos, o reforço da boa governação a todos os níveis, incluindo a participação pública, os meios de implementação, incluindo a capacitação, a inovação e a cooperação tecnológica (APA, 2008).

Em 2002 foi realizada pela ONU a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, na África do Sul, em Joanesburgo, para fazer um balanço das conquistas, desafios e das novas questões surgidas dez anos antes no Rio'92. Surgem desta Conferência dois documentos: a Declaração de Joanesburgo, que reafirma os compromissos firmados entre os países que participaram na Conferência do Rio em 1992, e o Plano de Implementação concebido para transformar as metas, promessas e compromissos da Agenda 21 em ações concretas (Dias & Santos, 2008).

Com a crise ambiental, a procura de soluções está a conquistar cada vez mais espaço e importância. E o DS vem-se incorporando nas políticas de desenvolvimento e reestruturação em vários setores (Lopes, 2004). Contudo, Marujo e Núñez (2010, citados por Silva, 2012) observaram que a sustentabilidade representa uma preocupação política global, mas reconhecem que existe também uma insustentabilidade política, em que as nações mais desenvolvidas ainda se retraíam, quando se trata de assinar acordos que orientem as suas estratégias políticas de desenvolvimento na perspetiva da sustentabilidade, desprivilegiando o equilíbrio económico e o ambiental.

Destaca-se que “o conceito de Desenvolvimento Sustentável não é único, mas converge para um consenso. A sua essência é cada vez mais difundida e assimilada pelas organizações, o que possibilita um direcionamento em suas atitudes e na definição de suas estratégias” (Hernandes, 2009, p. 22).

2.1 Desenvolvimento Local

Nas últimas décadas, o homem voltou a sua atenção para as questões ambientais, isto acontece devido ao aumento dos problemas de carácter ambiental, à ocorrência de constantes manifestos e eventos destinados à sensibilização da população para a necessidade de considerar a intensidade crescente dos impactos negativos causados à natureza, como também para as suas consequências, colocando em risco a sobrevivência dos seres humanos e da generalidade das formas de vida do planeta, sugerindo a

implantação de sistemas reguladores com a finalidade de minimizar os impactos antrópicos (Battassini & Costa, 2009). Esta crise ambiental mostra-se como um fator que envolve o crescimento económico e populacional, os desequilíbrios ecológicos e as capacidades de sustentação da vida que levam ao aumento da pobreza e da desigualdade social. (Meira-Carrea & Pinto, 2008).

O conceito de DL começou a ganhar relevância no debate sobre os modelos de desenvolvimento, particularmente após o reconhecimento do fenómeno da globalização. A globalização é o resultado dinâmico dos avanços da revolução científica e tecnológica e do desenvolvimento das tecnologias de informação, que tornaram possível a quebra de paradigmas nos conceitos de tempo e espaço, como também diversas outras mudanças de carácter económico, social e cultural. Contudo, da mesma forma que se vai dando a sua expansão, a globalização provoca também reações de resistência e é nesse contexto que emerge uma tendência de afirmação local (Paula, 2014).

Segundo Portuguez (2002, citado por Battassini & Costa, 2009) o DL “é o processo em que as localidades, equipadas com os seus recursos mais variados, criam oportunidades de promoção de bem-estar coletivo, implementando atividades que de alguma forma dinamizem a economia em pequena escala, gerando o desenvolvimento do lugar mediante estratégias de baixo impacto social e ambiental” (p. 4). Por seu lado, Rodrigues (2000, citado por Battassini & Costa, 2009) afirma que o desenvolvimento não pode ser usado como sinónimo de crescimento, e muito menos como regulador de distribuição de riqueza, lembrando que a economia não é tudo sem eficácia social. O DL é, assim, um modelo que visa não somente o aumento de indicadores económicos, como também o processo dinamizador que utiliza a comunidade, como principal instrumento de melhoria da qualidade de vida, como ressalta Carpio (1999, citado por Battassini & Costa, 2009):

O Desenvolvimento Local é o processo dinamizador da sociedade local, mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos existentes em uma determinada zona, capaz de estimular e diversificar seu crescimento económico, criar emprego, sendo resultado de um compromisso pelo qual se entende o espaço como lugar de solidariedade ativa, o que implica mudanças de atitudes e comportamentos de grupos e indivíduos. (p. 12)

Estas ideias apresentadas são semelhantes, pois todas referem o planeamento e gestão do DL tendo em conta as questões sociais e ambientais das localidades, ou seja, um desenvolvimento humano e ecológico que visa a questão económica como

consequência e não como um fim (Schmidt, Nave & Guerra, 2010). A noção do DL está também intimamente relacionada com a afirmação de uma identidade territorial, com o reconhecimento de elementos distintivos e de uma singularidade que distingue e diferencia cada território.

O DL resulta do esforço de identificar, reconhecer e valorizar os ativos locais, de aproveitar e desenvolver as potencialidades, as vocações, as oportunidades, as vantagens comparativas e competitivas de cada território (Paula, 2014). Este tipo de desenvolvimento permite uma valorização local e dá ao homem uma participação na procura da sustentabilidade da cultura, da identidade e do território (Battassini & Costa, 2009). O processo de DL implica uma visão comum, articulando as iniciativas de dimensões económica, social, cultural, política e ambiental. “O desenvolvimento local é antes de mais uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um melhor futuro” (Melo, 1998, p.5).

O desenvolvimento é produzido pelas pessoas, não é um resultado do crescimento económico. Resulta das relações humanas, do desejo, da vontade, das escolhas que as pessoas podem fazer para alcançar uma melhor qualidade de vida. O desenvolvimento depende da adesão das pessoas, da decisão das pessoas de assumirem a condição de sujeitos sociais. Não há Desenvolvimento Local sem protagonismo local (Paula, 2014).

Para que a ideia de sustentabilidade chegue a ser uma realidade, as sociedades têm de concretizar um novo modelo de desenvolvimento, que tenha valores como a responsabilidade, que seja eficiente e que esteja em harmonia com a natureza. Isto é, um modelo de desenvolvimento onde a proteção do ambiente seja uma componente fundamental das ações políticas, que pretendam uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas sem distinção. Por isso é muito importante a participação da população, ou seja, dos agentes locais, daí a importância das iniciativas desenvolvidas nos últimos anos, com é o caso das Agenda 21 Local (Cunha & Santiago, 2008).

O DL envolve as dimensões de autonomia, cidadania e participação dos atores locais para combater as desigualdades locais e procurar soluções inovadoras. A própria expressão DL espelha, na opinião de Polèse (1998), “a esperança de o próprio meio local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia regional próspera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no “saber-fazer”) dos habitantes e das empresas da região” (p. 98). Para que o papel dos atores locais seja relevante, como base de uma gestão sustentável, tem de se apoiar na vontade

política das autoridades locais. Infelizmente certas reminiscências autoritárias e uma cultura de passividade alimentada pela distância entre a “classe política” e a sociedade são obstáculos difíceis de superar na procura da ação coletiva e a cooperação como fundamentos do DL (Meira-Carrea & Pinto, 2008).

Nas últimas décadas os esforços voluntários para reduzir os danos ambientais receberam atenção dos políticos, de muitas empresas e da sociedade civil, sendo o papel dessas três forças o incentivo às medidas de sustentabilidade. É papel da administração pública, através de sua gestão política, incentivar a gestão privada a trabalhar cada vez com maior aproximação aos parâmetros da sustentabilidade. E é dever da sociedade civil conscientizar-se e exigir essa atuação sustentável no mercado e ações de comando e controle do estado para regulação do mercado (Silva, 2012).

2.3 O Turismo como elemento de desenvolvimento

As exigências do DS são transversais a todos os sectores de atividade, incluindo o turismo, sector ao qual têm sido imputadas diversas responsabilidades nos atropelos à preservação dos recursos naturais e patrimoniais e à descaracterização paisagística, na ânsia de atrair o máximo número de clientes. Só através de uma perspectiva de turismo sustentável, que defenda os recursos e as populações locais e proceda a uma gestão racional dos valores, é possível mitigar os problemas decorrentes da massificação do turismo (Dias & Santos, 2008).

O turismo é um setor que abrange um conjunto de intervenientes e interage com diversas áreas da sociedade. É reconhecido que o turismo se oferece como um importante instrumento de desenvolvimento da economia, proporcionando benefícios de longo prazo quando implementado de forma sustentada (Melo, 1998).

Além de uma forte influência na economia, o turismo possui uma relação estreita com a sociedade e o ambiente. Constitui, deste modo, uma atividade com um impacto muito forte no DS. Contudo, o desenvolvimento deste setor, sem ter em conta os aspetos sociais e ambientais, pode levar à degradação e destruição destes dois pilares que são tão importantes para o próprio setor. Por isso, é fundamental que o seu crescimento seja efetuado de forma sustentada, quer a nível económico, quer a nível ambiental (Soares & Oliveira, 2006).

Neste sentido, será crucial que os esforços sejam orientados para a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados, para o reforço das parcerias

estratégicas e para a preservação do equilíbrio ambiental e a valorização do património cultural. De alguma forma, poder-se-á dizer que o turismo precisa desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando o potencial das regiões e configurando produtos turísticos alternativos (Ribeiro, 2001). Por outro lado, o desenvolvimento do turismo pode estimular a conservação dos ecossistemas naturais e dos valores culturais das regiões, através da introdução de princípios de sustentabilidade que procuram distribuir os benefícios económicos por toda a cadeia de valor, ao mesmo tempo que potenciam e valorizam os impactos positivos (Dias & Santos, 2008).

Os atores envolvidos no turismo desempenham papéis estratégicos para que a sustentabilidade neste setor possa ser uma realidade. Desde os governos, através de leis que combatam as formas de turismo intensivo, etc., ao próprio turista que através de um comportamento responsável pode levar a boas praticas neste setor, como sejam a compra de produtos e artesanato local, a separação dos resíduos, o respeito pelo património histórico, pelas infra-estruturas locais e pela população local, a escolha por destinos que não explorem o local intensivamente, entre outros (Dias & Santos, 2008).

Olhando para a influência que o turismo tem, quer na economia em que este é um setor estratégico, quer no ambiente e na sociedade, onde existe uma dependência especial de ambientes de qualidade, de diferentes culturas, da interação social e de questões de bem-estar e segurança, o turismo constitui um setor que pode ter um impacto muito grande no DS (Marques, 1998). Neste sentido, o turismo pode ser uma ferramenta importante para promover e auxiliar a regeneração e o desenvolvimento económico, aumentar a qualidade de vida dos turistas e das comunidades que os acolhem, e ao mesmo tempo, pode potenciar a proteção do ambiente e do património histórico e cultural (Fraga, 2003).

Progressivamente, a questão da sustentabilidade e do ambiente têm vindo a assumir uma grande importância no que diz respeito ao turismo. A percepção de que o turismo se tinha transformado num consumidor voraz de recursos naturais, levou a que se reavaliasse a relação entre turismo e ambiente, significando assim o Desenvolvimento Sustentável um desafio para a indústria turística, como referem Fyall & Garrod (1997, citado em Silvano, 2006). Desde a Conferência do Rio que a pressão sobre a indústria turística aumentou, porque é considerada como um dos principais responsáveis pelo consumo de recursos (dos quais depende e que são a sua matéria-prima) e causadora de impactos negativos nos destinos, ao nível ambiental, social, cultural e económico, segundo Slee e Snowdon (1997, referenciados por Silvano, 2006).

Face a esta problemática, emerge a necessidade em encontrar formas alternativas de desenvolver a atividade turística, e de esta ser perspectivada segundo os princípios da sustentabilidade. No contexto do turismo, a sustentabilidade enfatiza a necessidade em usar e desenvolver recursos endógenos que não sirvam apenas o propósito de atrair e agradar os turistas, mas que requerem também a sua preservação (Cunha, 2001). Este tipo de turismo, o turismo sustentável deveria manter as principais componentes da oferta (equipamentos, infra-estruturas, acessibilidades, recursos naturais e culturais, atrações, alojamento e serviços), bem como da procura, com especial atenção para a questão do planeamento.

A conceptualização do turismo sustentável remete-nos para uma espécie de resposta ao turismo de massas, bem como para a abordagem da questão da procura e motivação, que tem sofrido transformações. A mudança nos padrões de procura dos turistas está associada a um conjunto de fatores, que favoreceram práticas alternativas que privilegiam a “localidade”, o contacto direto com a natureza e a comunidade, a tradição, o autêntico, o diferente (Brito, 2003). Por sua vez, Davidson (1992, referenciado por Silvano, 2006) refere que os impactos provocados pelo turismo de massas explicam apenas parcialmente a mudança nas motivações dos turistas. Existem também outros fatores determinantes dessa mudança, associados essencialmente com as preocupações ecológicas, com a saúde, aumento das férias repartidas, férias mais independentes.

Uma das propostas relativas às novas formas de turismo, apresentada por Davidson (1992), foca o turismo verde (turismo alternativo, turismo responsável, turismo discreto, ecoturismo, turismo sustentável e turismo suave). Esta perspetiva do novo turista deve-se a mudanças na sociedade e ao nível de valores, atribuindo-se maior importância a práticas de lazer mais responsáveis como uma forma de bem-estar ou de qualidade de vida. Segundo alguns autores, o novo turista representa um novo segmento de turistas na procura de um conceito de turismo diferente, pautado por parâmetros de qualidade, baixa densidade, à conjugação aos recursos naturais, culturais e às tradições, representando simultaneamente um segmento de mercado em crescimento (Partidário, 2003). Promove-se e tem vindo a ser cada vez mais aceite por parte da população, turistas uma nova conceção de turismo assente nos princípios da sustentabilidade equacionados com a vertente económica, social, cultural e ambiental, em detrimento da valorização excessiva dos objetivos económicos (Brito, 2003).

A noção de turismo sustentável tem a sua origem no conceito de Desenvolvimento Sustentável definido no Relatório de Brundtland, que desde então foi adotada pelas Nações Unidas, governos e organizações não-governamentais de turismo.

Segundo a Carta de Turismo Sustentado, de 1995, a definição de turismo sustentável passa indubitavelmente por três sectores principais: o ambiente, o social e o económico, reportando-se a um modelo de desenvolvimento e não a um tipo de turismo propriamente dito. Resulta, portanto, num modelo tripartido em que se alia à rentabilidade económica, a preservação da biodiversidade e a equidade social, ou seja, a distribuição da riqueza (Silvano, 2006).

Este tipo de turismo abrange todos os tipos de turismo (rural, aventura, cultural, balnear, ...), isto é, resulta num modelo de desenvolvimento multifacetado, que pretende ser em paralelo um instrumento de ordenamento do território e de fixação de população (Joaquim, 2003).

O turismo sustentável tem como principal objetivo a conservação do ambiente a longo prazo, bem como sensibilizar a população local e os visitantes para o conhecimento das questões relacionadas com a conservação, o património cultural e a estrutura social. Pressupõe em paralelo a satisfação dos visitantes e o melhoramento dos níveis de vida da população local, tal como a criação de emprego e riqueza que permite o benefício da economia local. No entanto, a Organização Mundial de Turismo (OMT) procedeu a uma revisão do conceito de turismo sustentável, aquando da reunião do Comité de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, na Tailândia, em Março de 2004. A origem desta revisão tem por base os resultados extraídos da Conferência de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002 (Silvano, 2006). Esta nova conceptualização dá ênfase aos aspetos económicos, sociais, culturais e ambientais do desenvolvimento do turismo, bem como ao equilíbrio entre estes aspetos para garantir a sustentabilidade a longo prazo.

A OMT considera que o desenvolvimento do turismo sustentável e as práticas de gestão sustentável são aplicáveis a todas as formas de turismo e em todos os tipos de destino (incluindo o turismo de massas). Acrescenta ainda que o DS do turismo para além de necessitar a participação de todos os agentes envolvidos, deve ter uma liderança política eficaz e forte para proporcionar a colaboração e o consenso. Por outro lado, o turismo sustentável enquanto um processo contínuo que requer um acompanhamento constante, no que diz respeito aos impactos produzidos, deve representar para os turistas

uma experiência importante e um modo de os sensibilizar para os problemas inerentes à sustentabilidade (Silvano, 2006).

2.3.1 Turismo rural

Nas modalidades, do turismo não massificadas, o turismo no espaço rural (TER) ocupa um lugar de referência. Apesar de não ser recente, o TER já se pratica desde inícios do século passado, numa lógica de voltar às origens por parte da população para encontrar o sossego e a tranquilidade que o espaço rural pode oferecer (Fonseca & Ramos, 2007).

Este tipo de turismo consiste numa atividade complexa e com características próprias, cujo objetivo principal é potenciar a prática de viver, as tradições e os valores da população local, podendo beneficiar de um serviço de hospedagem personalizado. De modo geral, o turismo em áreas rurais é entendido como todas as atividades turísticas que ocorrem em espaços rurais. Em conexão com o próprio turismo em áreas rurais estão outras tipologias, tais como o turismo de natureza, o cultural, o ecoturismo, o enoturismo, entre outras (Pinto, 2004).

Esta ligação torna-se evidente no sentido em que as áreas rurais constituem o cenário por excelência destas tipologias de turismo, evidenciando-se cada vez mais os pequenos museus locais, ecomuseus, as rotas temáticas subordinadas aos mais variados temas (azeite, vinho, pão, seda, linho), os percursos históricos, as feiras e festivais, a gastronomia, a prática de desportos de aventura e natureza (Burnay, 1997). Visando de certo modo a oferta integrada de produtos e serviços muito abrangentes, onde se tocam diferentes tipologias de turismo no mesmo espaço.

Gradualmente, o turismo de massas tem vindo a perder peso nas opções dos turistas. Este declínio tem como origem uma nova tendência em procurar outras formas de turismo designadas de “turismo alternativo” (Cavaco, 1995). Entre as formas de turismo alternativo foi englobado o turismo em áreas rurais. Esta procura pelo espaço rural como um local para descanso é cada vez maior, numa sociedade altamente industrializada que vive num ritmo frenético, em espaços congestionados, poluídos, distantes da natureza e ávida por consumir. Por oposição aos espaços rurais caracterizados por deterem um capital de recursos naturais e culturais únicos, apelativos ao sossego, calma e tranquilidade, locais conotados com a ideia de que o “tempo não passa” (Cavaco, 1995).

Atividades relacionadas com a agricultura e com a natureza constituem a base do turismo em áreas rurais, que deve estar localizado em zonas rurais, de pequena dimensão e personalizado, dirigido a um tipo de turista que procura a calma, o repouso, e a natureza. Assim, dentro do turismo em áreas rurais podem enquadrar-se várias modalidades das quais se destaca: a caça e pesca; férias numa quinta; passeios a cavalo e de bicicleta; aventura; turismo étnico; turismo de natureza; turismo cultural, entre outras, como é referenciado por Leal (2001, citado em Silvano, 2006). Desta forma, considera-se que o turismo rural se pode estruturar nos seguintes pressupostos: deve cingir-se a uma zona rural, ser promovido por pequenas empresas, deve ser de pequena escala, ser tradicional e estar ligado às famílias locais, deverá contribuir para a manutenção das características rurais da região e utilizar recursos locais, bem como apresentar diferentes alternativas ou opções que correspondam à diversidade do ambiente envolvente, da economia e da história local (Soares & Oliveira, 2006).

O turismo rural pode resultar num contributo relevante para o desenvolvimento de algumas áreas rurais, se planeado tendo em conta os critérios da sustentabilidade. Na medida em que o êxodo rural registado se apresenta como uma fragilidade a nível económico e social, impõe-se a necessidade de revitalizar e tirar partido dos recursos naturais, transformando-os em atividades económicas viáveis, competitivas, atrativas e que representem uma alternativa no sentido do DL, como refere Leal (2001 citado em Silvano, 2006).

Pode-se frisar que o turismo em áreas rurais comporta qualidades efetivas para apoiar dinâmicas de desenvolvimento a nível local, podendo resultar num instrumento de criação de alternativas para as economias locais, ao valorizar os recursos endógenos (ambiente, cultura, património) e ao potenciar a recuperação das diferentes funcionalidades que o meio rural possui. Um dos principais alvos interessados é a população oriunda dos espaços urbanos, caracterizada por um bom nível de formação académica, culta, que procura nos meios rurais o sossego e a tranquilidade que não encontra nos locais de residência. Os jovens em idade escolar também poderão ser um alvo do turismo rural, numa vertente mais lúdica. As quintas pedagógicas, os centros de interpretação ambiental ou determinados locais são exemplos de funções que podem captar estes tipos de população (Fonseca & Ramos, 2007).

A complementaridade cultura/recreio pode ser uma mais-valia para este público, através da prática de desportos de contacto com a natureza nestes espaços. Mas não só. O turismo de aventura ou o turismo de natureza (embora este pressuponha estar

localizado em áreas protegidas) desenvolve-se em muitos espaços rurais e atrai população jovem (Soares & Oliveira, 2006).

O TER manifesta-se por um conjunto articulado de ações que passam pela recuperação do património arquitetónico, pela revitalização do património cultural (artesanato, gastronomia e tradições), pela preocupação em preservar a qualidade ambiental e a unidade paisagística.

A sustentabilidade do TER traduz-se pelo impulso que dá a um conjunto de atividades que lhe são subsidiárias, contribuindo para o desenvolvimento e para a sustentabilidade económico-social dos espaços rurais (Pinto, 2004).

Para além do estímulo que conferem às atividades diretamente relacionadas com a oferta, nomeadamente, as unidades de hotelaria, restauração, atividades de animação e de informação turística, há que contabilizar os benefícios surtidos num conjunto de atividades a montante, como na produção do artesanato e de produtos regionais. A nível imaterial situam-se aqui também importantes ações qualificadoras da oferta turística, tais como as políticas de ordenamento territorial, de conservação do edificado, de preservação ambiental e de qualificação dos recursos humanos. Um conjunto de atividades pode surgir da atividade turística, como lojas de produtos regionais e de artesanato, novos serviços de animação e de organização de eventos, etc... O desenvolvimento integrado que o TER pode suscitar está ainda de acordo com as políticas que advogam a multifuncionalidade dos espaços rurais criando alternativas às atividades tradicionais em declínio, gerando emprego e mantendo a população local (Fonseca & Ramos, 2007).

É evidente que, para rentabilizar e gerir de um modo sustentável uma estruturação deste tipo ao nível do TER deve prevalecer uma estreita articulação e uma concordância de esforços entre entidades públicas e privadas, de forma a não coexistirem políticas conflituosas ou contraditórias a nível local, mas sim sinergias das atuações.

2.3.2 Turismo de natureza

O turismo de natureza surge em consequência de um contexto social e político específico que conduziu a uma nova abordagem do turismo face às questões ambientais que se impuseram. As novas formas de turismo de cariz ambiental têm por objetivo a sustentabilidade, caracterizadas pela prática de atividades desenvolvidas em estreito contacto com a natureza e com os valores culturais tradicionais, passaram a figurar e a ser alvo de uma crescente procura (Brito, 2003).

As experiências no turismo de natureza baseiam-se na prática de atividades ao ar livre (passeios, percursos pedestres, birdwatching, observação de fauna e flora, ...) e atividades de desporto de Natureza, como BTT, entre outros.

O aparecimento do turismo de natureza ficou a dever-se a um conjunto de fatores, tais como o surgimento de valores ambientais, o regresso à natureza e aos valores tradicionais, a procura de calma e tranquilidade no campo que se constituiu com um lugar por excelência.

Entre os novos tipos de turismo surge o ecoturismo “movido por objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade e de promoção de benefícios para a população local, através da atividade turística” (Burnay, 1997). O ecoturismo constitui o expoente máximo em termos de sustentabilidade, uma atividade que privilegia o contacto e a aprendizagem com a natureza, exerce uma pequena carga sobre os valores ambientais e procura trazer benefícios para as populações locais. Este conceito cruza-se com o conceito de turismo de natureza, dado que de certo modo partilham os mesmos princípios básicos, a prática do ecoturismo tem vindo a desenvolver-se em áreas protegidas, parques naturais, parques biológicos, entre outros (Fonseca & Ramos, 2007).

Outro segmento do turismo de natureza é o Geoturismo, que surge como uma atividade que se baseia na geodiversidade, segundo Brilha (2005). Ruchkys (2007) refere o geoturismo como um segmento da atividade turística, que tem o património geológico como o seu principal atrativo, e procura a sua proteção por meio da conservação dos seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando para isto a interpretação deste património, tornando-o acessível a todo público além de promover a sua divulgação. O geoturismo permite, portanto, promover o património geológico, através da sensibilização para uma geoconservação e da promoção da geologia. Para isso é necessário que haja uma consciencialização por parte da população. O geoturismo assume um papel importante no Desenvolvimento Local, pois para além de promover a geodiversidade do local, abrangem outras valências como a cultura, a história, biodiversidade do local, entre outras, como as tradições (artesanato, gastronomia local, grupos de cantares,...) que estão cada vez mais a ser valorizadas, tornando-se um foco de atração turística complementando o património geológico.

O turismo de natureza é visto como o produto turístico composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas

desenvolve-se segundo diversas modalidades de hospedagem, de atividades e serviços complementares de animação ambiental, que permitam contemplar e desfrutar o património natural, arquitetónico, paisagístico e cultural (Silvano, 2006).

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98; 25 de agosto, o turismo de natureza na sua essência prevê que possa contribuir positivamente para o desenvolvimento económico local e para a sustentabilidade ecológica, cultural e social das regiões, com base nos seguintes pressupostos (artigo 9º):

- Conciliar as atividades inerentes ao turismo de natureza segundo as características ecológicas e culturais do local,
- Respeitar a capacidade do local,
- Promover o investimento público e privado de modo a beneficiar as áreas protegidas, no que diz respeito a infraestruturas, equipamentos e serviços,
- Promover a instalação e funcionamento de diferentes modalidades de hospedagem,
- Incentivar a recuperação do património construído passível de ser utilizado pelas atividades de turismo de natureza,
- Incentivar práticas turísticas de lazer e recreio não agressivas para o ambiente,
- Sensibilizar e educar os visitantes e a população local quanto à questão ambiental,
- Incentivar a criação de micro e pequenas empresas na área de animação turística e restauração,
- Promover os produtos locais ou regionais e a sua comercialização (gastronomia),
- Promover atividades de animação destinadas aos visitantes de modo a contribuir para a divulgação do património cultural e natural,
- Incentivar novas profissões e atividades na área do turismo de modo a fixar população jovem.

2.4 Caracterização das instituições

Neste ponto apresenta-se a caracterização das instituições que participaram na investigação, a saber: o Parque Natural de Montesinho (PNM), o Parque Biológico de

Vinhais (PBV), o Geopark Terra de Cavaleiros (GTC) e a Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia (CoraNE).

2.4.1 Parque Natural de Montesinho

O PNM é uma Área Protegida (AP), classificada como Parque Natural através do Decreto-Lei n.º 355/79, de 30 de agosto, tendo sido reclassificado, mantendo o mesmo estatuto, através do Decreto Regulamentar n.º 5-A/97, de 4 de abril. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008, de 24 de novembro, publica o Plano de Ordenamento desta área protegida.

O PNM está incluído na Zona de Proteção Especial (ZPE) das serras de Montesinho e Nogueira e no Sítio Montesinho – Nogueira da Lista Nacional de Sítios-Rede Natura 2000. Localiza-se no alto Nordeste Transmontano na Terra Fria Transmontana abrangendo uma parte de dois concelhos, Bragança e Vinhais, faz fronteira a nascente, a norte e a poente com Espanha. Este parque abrange também as serras de Montesinho e Coroa, zona planáltica e montanhosa com uma altitude máxima de 1486 metros na serra de Montesinho. A sua superfície é de 74 229 ha, inclui cerca de 8 000 habitantes distribuídos por 88 aldeias.

O PNM é um local dotado de uma extraordinária beleza e agradável para usufruir da paisagem envolvente. O seu relevo é suave, com cabeços arredondados e zonas planálticas afastadas por rios de vale encaixado. A vegetação apresenta variações na altitude e no clima, com paisagens verdes inseridas na zona central, oeste e mais campestre na zona norte. Devido à sua localização geográfica apresenta diferentes tipos de vegetação pois tem uma flora característica e exclusiva nesta área (Régua, 2011).

A fauna do PNM destaca-se, no contexto nacional, pela sua elevada diversidade e quantidade de espécies raras, entre elas diversos endemismos ibéricos. A complexidade criada pelas condições geológicas, climáticas e orográficas que predominam nesta região, associadas á atividade humana, levou ao surgimento de varias tipos de comunidades vegetais onde é possível encontrar plantas de uma enorme beleza, singularidade e importância em termos de conservação da Natureza (PNM, 2014).

Podemos observar nesta área pequenas matas de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), de azinheira (*Quercus rotundifolia*) e soutos de castanheiros (*Castanea sativa*). Nas zonas mais frias existem matagais de urze (*Erica sp.*) e carqueja (*Chmaespartium tridentatum*) e nas zonas de influência mediterrânica existem matagais

de esteva (*Cistus ladanifer*). As zonas ribeirinhas apresentam uma flora rica, onde as espécies arbóreas de interesse são o azevinho (*Ilex aquifolium*), o amieiro (*Alnus glutinosa*), o freixo (*Fraxinus angustifolia*), o choupo-negro (*Potulus nigra*), o salgueiro (*Salix atrocinerea*) e a avelaneira (*Corylus avellana*). (Régua, 2011).

Associados às zonas ribeirinhas que percorrem o Parque Natural de Montesinho encontram-se os lameiros, também designados por prados ou pastagens de montanha., os quais constituem um biótopo quase exclusivo das terras altas do norte do país e são territórios de grande riqueza e complexidade florística e faunística Estes prados permanentes são mantidos pelas populações humanas, que os exploram para produção de feno e pastoreio (ICNF, 2015).

Por fim, na Serra de Montesinho, acima dos 1 000 metros, podemos também verificar a existência de vidoeiros (*Betula celtiberica*).

Relativamente a fauna, pode-se dizer que é bastante diversificada, possui cerca de 250 espécies de vertebrados. O PNM encontra-se entre as áreas de montanha mais importantes para a fauna a nível nacional e europeu destaca-se esta área, como de extrema importância para a preservação do lobo (*Canis lúpus*) pois é uma espécie em vias de extinção. As suas principais presas selvagens também se encontram aqui, como o javali (*Sus scrofa*), o veado (*Cervus elaphus*) e o corço (*Capreolus capreolus*). Também a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*) tem aqui condições muito favoráveis. O gato-bravo (*Felis silvestres*), a lontra (*Lutra lutra*), o morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*) e o rato-dos-lameiros (*Arvicola terrestres*) são igualmente exímios representantes dos mamíferos aqui existentes (PNM, 2014).

Cerca de 170 espécies de aves, grande parte nidificantes, incluindo espécies raras como a águia-real (*Aquila chysaetos*), a cegonha-negra (*Ciconia nigra*), o tartaranhão-azulado (*Circus cyaneus*), o picanço-de-dorso-vermelho (*Lanius collurio*), o melro-das-rochas, (*Monticola saxatilis*) e a petinha-ribeirinha (*Anthus spinoletta*), atestam a grande diversidade e valor da avifauna presente. A víbora-cornuda (*Vipera latastei*), o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e o tritão-marmorado (*Triturus marmoratus*) são alguns dos répteis e anfíbios que se podem observar. Constitui uma área excepcionalmente favorável para a truta-de-rio (*Salmo truta*). A presença de numerosas espécies de borboletas raras e exclusivas do Nordeste Transmontano como a (*Lycaena virgaureae*), a (*Brenthis daphne*), a (*Boloria dia*) e a (*Aphantopus hyperanthus*), demonstram a extrema importância desta AP (PNM, 2014).

Como AP, o seu principal objetivo é o de alcançar a conservação ao longo do tempo, da biodiversidade existente, assim como dos ecossistemas, do património geológico e dos valores naturais. Mas com as suas atividades o PNM pretende:

- Dar a conhecer o Parque Natural de Montesinho,
- Valorizar o seu Património Natural e Cultural,
- Inculcar o gosto pelo meio Natural,
- Fomentar o respeito pela terra e a vida em toda a sua diversidade.

2.4.2 Parque Biológico de Vinhais

O Parque Biológico de Vinhais (PBV) é um equipamento público, instalado pela Câmara Municipal de Vinhais no viveiro florestal de Prada, em 2008 com cerca de 5 hectares. Local incluído no perímetro florestal da Serra da Coroa, a 3km do centro de Vinhais em pleno PNM, contando com um conjunto de 12 espécies selvagens e 12 raças domésticas autóctones da região (PBV, 2014).

A vegetação da área envolvente é dominada pelos bosques de carvalhais (*Quercus pyrenaica*), presentes em grande parte do território. No entanto, as margens das linhas de água e o fundo dos vales são ocupados por amieiros ripícolas, salgueirais arbóreos de amieiro (*Alnus glutinosa*), salgueiro-negro (*Salix atrocinerea*), sanguinho-de-água (*Frangula alnus*), feto-real (*Osmunda regalis*). Nas encostas surgem os urzais, os tojais, bem como os giestais em solos mais profundos cobrem a paisagem não agricultada.

O carácter muito particular e complexo da geologia da área de implantação do Parque (maciço ultrabásico Bragança-Vinhais) determina também uma flora e vegetação muito características, onde aparecem alguns endemismos, limitados na maior parte dos casos a pequenas zonas ultrabásicas, como sejam a cravina (*Dianthus laricifolius subsp. marizii*), a arméria (*Arenaria querioides subsp. fontiqueri*) e as *Festuca brigantina* e *Avenula pratensis subsp lusitânica* (PBV, 2014).

O PBV tem como objetivos (PBV, 2014).

- Interpretação da paisagem da região, nas componentes naturais (flora, fauna e geografia), culturais (história, arqueologia e etnografia) e ainda na vertente da educação ambiental;
- Conservação da natureza e promoção da biodiversidade;
- Desenvolvimento do turismo, em especial do ecoturismo, do recreio e lazer da população.

2.4.3 Geopark Terra de Cavaleiros

O Geopark Terras de Cavaleiros (GTC) ocupa uma área geográfica bem definida, coincidente com os limites administrativos do Concelho de Macedo de Cavaleiros, com um importante património geológico ao qual se soma um grande património de biodiversidade, um notável património histórico-cultural, os produtos locais, a rica gastronomia e a arte de bem receber da população local (Geopark,2014).

O singular património geológico dá a oportunidade de percorrer milhões de anos na história da Terra, despertando o interesse de geólogos de todo o mundo. O Património Natural é diferenciador, com paisagens deslumbrantes e preservadas, mantendo viva a identidade do povo, que conserva o segredo de tratar a terra, a mestria com que confeciona os seus pratos e o carinho com que acolhe aqueles que o visitam.

O GTC assume um papel proativo no sentido de estimular o turista a viver experiências gratificantes, que o façam tornar-se num protagonista ativo e não um mero observador da paisagem. Contribui para a afirmação deste como um destino geoturístico de excelência, que proporciona vivências científicas, educativas e culturais, onde todas as vertentes desta abordagem contribuam para o Desenvolvimento Sustentável do território, mantendo intactas as suas características naturais e a autenticidade das suas gentes (Geopark, 2014).

O Geopark é gerido pela Associação Geopark Terras de Cavaleiros (AGTC), que é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, criada por escritura pública em outubro de 2012, com os seguintes objetivos (Geoparque, 2014):

- Conciliar a conservação do património natural, material e imaterial e o Desenvolvimento Sustentável socioeconómico da população e do Município,
- Melhorar e gerir as estruturas de apoio ao visitante do geoparque;
- Comunicar os valores do geoparque, disponibilizando informação e apoiando a sua visitaçãõ,
- Fomentar e apoiar ações inovadoras que sejam geradoras de emprego, qualificadoras do território do geoparque e contribuam para a fixaçãõ e desenvolvimento da sua populaçãõ,
- Identificar, criar serviços e produtos de qualidade como marca diferenciadora do território,
- Gerir as infraestruturas que lhe sejam cedidas ou criadas por si,

- Contribuir para a proteção, valorização e dinamização do património natural e cultural, com especial ênfase no património geológico, numa perspetiva de aprofundamento e divulgação do conhecimento científico, fomentando o turismo e o desenvolvimento Sustentável do território do Geoparque Terras de Cavaleiros.

2.4.4 CoraNE

A Associação de Desenvolvimento dos Conselhos da Raia Nordestina (CoraNE) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em julho de 1995, cujo objetivo principal consiste na promoção, apoio e realização de um aproveitamento mais racional das potencialidades endógenas dos concelhos que integram a sua área de atuação, por sua iniciativa ou em colaboração com organismos ou serviços oficiais ou privados, nacionais, como as câmaras municipais dos 4 concelhos da área de atuação, o PNM, o IPB e organismos internacionais, visando contribuir, por todos os meios legais ao seu alcance e que estejam dentro do perfil vocacional dos seus associados para o desenvolvimento social, económico e cultural da área de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais, tendo em vista o seu desenvolvimento integrado (CoraNE, 2014).

De acordo com o referido, os principais objetivos são o desenvolvimento social, económico e cultural, através da promoção e implementação de projetos de desenvolvimento de interesse para a região, com a ajuda financeira de programas nacionais e programas comunitários, como o PRODER, FEDER, FEADER (CoraNE, 2014).

A CoraNE tem como área de atuação a região da “Terra Fria Transmontana”, com os concelhos de Vinhais, Bragança, Vimioso e Miranda do Douro, no norte de Portugal. A sua área intervenção da CoraNE circunscrita a 4 Concelhos da Terra Fria. Localiza-se no Nordeste Transmontano, a uma altitude que varia entre os 400 e os 1400 metros. Resultado da sua morfologia, goza de uma diversidade paisagística impar, entre serras e vales profundamente encaixados, onde a agricultura, floresta e pecuária ainda dão o seu testemunho.

O território da Terra Fria é abundante em paisagens deslumbrantes, com uma natureza quase idílica, que é consequência da elevada percentagem de áreas naturais protegidas donde se salientam o PNM que abrange a parte norte dos concelhos de Bragança e Vinhais e o Parque do Douro Internacional em Miranda do Douro. O maior

contributo para a manutenção da paisagem deve-se à sabia utilização desta terra pela população local, que é parte integrante e indissociável da Terra Fria (CoraNE, 2014).

Existem cerca de 60 520 habitantes. A população ativa, que tem vindo a decrescer, está essencialmente ligada ao sector terciário (50%), seguido do primário (30%) e finalmente o secundário (20%). O aumento de população ativa no sector terciário, nas últimas décadas, em detrimento do sector primário, deve-se, sobretudo, aos empregos na administração pública e à atividade comercial, tendo a proximidade com Espanha contribuído para o desenvolvimento de relações comerciais nas zonas de fronteira. Decorrentes dos muitos projetos que têm sido desenvolvidos, a região apresentam-se hoje mais atrativa, dinâmica e capaz de atrair população (CoraNE, 2014).

No sentido de inverter a tendência crescente de perda da população residente, principalmente no meio rural, com o conseqüente abandono dos campos, a baixa densidade populacional, o envelhecimento da população, com a conseqüente diminuição da população ativa, o baixo nível de produção e rendimento, que se traduz num fraco poder de compra, a escassez de recursos financeiros, que limita o investimento, a fragilidade do tecido empresarial, que se traduz na falta de competitividade, colocam a CoraNE com a competência de promover a revitalização económica e social da sua área de intervenção e transformar os recursos existentes em fatores de competitividade, tudo isto enquadrado numa ótica de sustentabilidade, de criação de postos de trabalho e geração de mais-valias, de forma a contribuir para a melhoria das condições de vida da população local.

A CoraNE tem como principais objetivos: O desenvolvimento social, económico e cultural, através da promoção e implementação de programas e projetos de desenvolvimento com interesse para a região. Assim, e para atingir os objetivos, propõe-se:

- Promover a diversificação das atividades económicas,
- Fomentar a transformação de produtos agrícolas,
- Estimular a criação de microempresas,
- Promover o empreendedorismo,
- Organizar e enquadrar a oferta turística,
- Promover a conservação e valorização do património.

CAPÍTULO III - Metodologia

Este capítulo tem como propósito caracterizar a metodologia utilizada nesta investigação. Tal descrição visa, essencialmente, fornecer um enquadramento geral da estratégia de investigação e dos procedimentos a utilizar para ir de encontro do tema central da dissertação, no âmbito da qual se pretende contribuir para a identificação da existência e da natureza da relação entre a educação ambiental (EA) e o Desenvolvimento Local (DL), usando como caso de estudo o nordeste transmontano.

De acordo com os objetivos definidos no início da investigação, foi feito o enquadramento metodológico do estudo, definida a natureza do estudo, a caracterização do objeto de estudo, descrição das técnicas e instrumentos de estudo. Por último faz-se uma breve referência ao tratamento de dados recolhidos durante a investigação.

3.1 Natureza do estudo

Em investigação existem diversas possibilidades e opções metodológicas a serem utilizadas: a abordagem qualitativa e a abordagem quantitativa. Dado que a escolha da metodologia se deve fazer em função da natureza do problema a estudar, considerou-se pertinente para esta investigação seguir uma metodologia de natureza qualitativa.

Muitos dos processos sociais e humanos apresentam-se de forma complexa e, neste âmbito, as metodologias quantitativas têm sido apontadas como inadequadas para a análise dessas situações. É que, a linearidade dessas perspetivas positivistas tem como finalidade revelar dados objetivos, medíveis, regularidades e tendências observáveis. Com essas abordagens quantitativas, procura-se comprovar teorias, recolher dados para confirmar hipóteses e generalizar fenómenos e comportamentos, considerando que o conhecimento extraído da realidade natural ou social é estável e quantificável, a partir de um distanciamento entre o investigador e a realidade estudada (Denzin & Lincoln, 2003).

Para melhorar a compreensão dessas realidades complexas, contrapõe-se a perspetiva qualitativa. Nesta abordagem, pretende-se interpretar em vez de mensurar e procura-se compreender a realidade tal como ela é. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis mas são, antes, formuladas com o objetivo de estudar fenómenos com toda a sua complexidade em contexto natural. Assim, em investigação qualitativa a teoria surge a partir da recolha, análise, descrição e

interpretação de dados, privilegiando a compreensão dos problemas a partir da perspectiva do investigador. Neste contexto, Bogdan e Biklen (1994) consideram que esta abordagem permite descrever um fenómeno em profundidade através da apreensão de significados e dos estados subjetivos dos sujeitos pois, nestes estudos, há sempre uma tentativa de capturar e compreender, com pormenor, as perspectivas e os pontos de vista do investigador sobre determinado assunto. Pode-se dizer que o principal interesse destes estudos não é efetuar generalizações, mas antes particularizar e compreender os fenómenos na sua complexidade e singularidade, procurando compreender o significado dos acontecimentos (Bogdan & Bicklen, 1994).

As várias abordagens à metodologia qualitativa apresentam variações conforme as interpretações dos autores, mas aproximam-se nos aspetos fundamentais (Stake,1999). Embora às investigações de natureza qualitativa tenham sido atribuídos significados diferentes ao longo dos momentos históricos, é possível definir, ainda que de modo genérico, que “a investigação qualitativa é uma perspectiva multimetódica que envolve uma abordagem interpretativa e naturalista do sujeito de análise” (Denzin & Lincoln, 1994, p.11). Da mesma forma, Bogdan e Bicklen (1994) salientam que a investigação qualitativa acontece em ambientes naturais, sendo frequentemente o investigador a ir ao local dos participantes para recolher os dados com grande detalhe. Para isso, usa múltiplos métodos de recolha de dados, nos quais há uma participação ativa do investigador. É um método profundamente interpretativo e descritivo, uma vez que o investigador faz uma interpretação dos dados, analisa os dados para configurar temas ou categorias e retira conclusões.

O investigador qualitativo reflete sobre o seu papel na investigação e reconhece possíveis enviesamentos, valores e interesses pessoais. O “eu” pessoal é inseparável do “eu” investigador. Usa, em simultâneo, a recolha de dados, a análise e o processo de escrita, privilegiam-se os significados e como os participantes dão sentido às suas vidas, o que experienciam, o modo como interpretam as suas experiências e como estruturam o mundo social em que vivem. O investigador qualitativo é o principal instrumento de recolha de dados, pelo que é possível que eles reflitam a sua subjetividade e envolvimento pessoal, levando Bogdan e Biklen (1994, p.67) a afirmar que “os dados carregam o peso de qualquer interpretação”. No entanto, é importante não deixar que essa subjetividade provoque o enviesamento do conhecimento e da interpretação da realidade, através do rigor da recolha e análise dos dados, da contextualização teórica dos mesmos e da omissão de opiniões pessoais.

As diferentes fases do processo de investigação qualitativa não se desencadeiam de forma linear mas interativamente, ou seja, em cada momento existe uma estreita relação entre modelo teórico, estratégias de pesquisa, métodos de recolha e análise de informação, avaliação e apresentação dos resultados do projeto de pesquisa (Colás,1998). Além disso, tal como refere Neves (1996), esta metodologia compreende um conjunto de técnicas interpretativas muito variadas (entrevista não estruturada, entrevista semiestruturada, observação participante, observação estruturada, grupo focal) que visam descrever e descodificar os componentes de um sistema complexo de significados.

No presente estudo, a investigação desenvolvida centrou-se na metodologia qualitativa, uma vez que se pretendia que assumisse uma abordagem interpretativa da realidade, que partisse da recolha de um conjunto de informação bastante diferenciada quanto ao conteúdo e forma de apresentação, para depois se proceder à sua análise para se chegar a uma possível interpretação sobre o reflexo que a ação desenvolvida pelas entidades estudadas têm tido ao nível do desenvolvimento local, tendo como lente de observação os objetivos, as estratégias e o enquadramento teórico da educação ambiental.

O estudo de caso é um dos métodos mais comuns na investigação qualitativa e consiste num exame detalhado de uma situação, sujeito ou acontecimento (Bogdan & Biklen, 1994). Trata-se de uma metodologia na qual se elabora um estudo aprofundado e exaustivo de um ou mais objetos, de modo a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, apresentando-se como uma abordagem especialmente adequada para compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores. Por isso, este método é adequado para explorar situações da vida real e para tomar decisões e criar hipóteses com aplicabilidade em diversas situações (Yin, 2005).

Segundo Yin (2005), o estudo de caso define-se com base nas características do fenómeno em estudo, mas também num conjunto de características associadas ao processo de recolha de dados e às estratégias de análise dos mesmos. Assim, neste tipo de investigação, o investigador utiliza várias formas de recolha de dados. Neste sentido, o estudo de caso rege-se dentro da lógica que guia as sucessivas etapas de recolha, análise e interpretação da informação dos métodos qualitativos, com a particularidade de que o propósito da investigação é o estudo intensivo de um ou poucos casos (Yin, 2005) e o seu objetivo básico é chegar a compreensão da particularidade desse caso,

conhecendo o melhor possível como funcionam todas as partes que o compõe e a relação entre elas. Funciona também na tomada de decisões, para desenvolver a capacidade de observação da realidade, proporcionar descrições sobre várias realidades e criar perguntas de investigação.

Assim, pode dizer-se que este trabalho de investigação se enquadra num estudo de caso, na medida em que foram analisadas apenas quatro instituições, as quais desempenham papéis de destaque na promoção do Desenvolvimento Local.

3.2 Técnicas de recolha de dados

A escolha das técnicas e instrumentos a utilizar durante o processo de pesquisa constitui uma etapa que o investigador não pode minimizar, pois dela depende a concretização dos objetivos da investigação em causa.

No processo de recolha de dados, existem, segundo Bogdan e Biklen (1994), três grandes grupos de métodos que se podem utilizar como fontes de informação nas investigações qualitativas: a observação, o inquérito (entrevista ou questionário) e a análise de documentos. A utilização destes diferentes instrumentos constitui uma forma de obtenção de dados de diferentes tipos, gerando a possibilidade de cruzamento de informação.

Para Yin (2005), a utilização de múltiplas fontes de dados num estudo de caso permite considerar um conjunto mais diversificado de tópicos de análise, permitindo assim, por um lado, assegurar as diferentes perspetivas dos participantes no estudo e, por outro lado, obter vários aspetos do mesmo fenómeno, possibilitando a triangulação de dados. A vantagem mais importante que se apresenta no uso de fontes múltiplas é o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, conduzindo a um processo de triangulação da informação, em baseada várias fontes distintas de informação, permitindo confirmar a validade dos dados, utilizando várias fontes.

A triangulação aparece como um conceito importante na metodologia qualitativa. Yin (1993) e Stake (1999) apresentam a triangulação como uma estratégia de validação na medida em que torna possível a combinação de metodologias para estudo do mesmo fenómeno. A triangulação permite, assim, obter a partir de duas ou mais fontes de informação, dados referentes ao mesmo acontecimento, a fim de aumentar a fiabilidade da informação. Nas palavras de Yin (1993, p.69) “ uma pista importante é formular a

mesma questão na análise de dados de diferentes fontes; se todas as fontes indicarem as mesmas respostas, os dados foram triangulados com sucesso”.

Neste estudo, atendendo ao tipo de investigação que se pretendia desenvolver, optou-se por usar dois destes três métodos de recolha de dados: a análise documental e o inquérito por entrevista. Na fase inicial, para caracterizar as instituições analisadas e conhecer as atividades e os programas promovidos pelas mesmas utilizou-se a análise documental. A organização da informação constante nos planos de atividades e nos relatórios de atividade permitiu recolher e informação detalhada sobre os projetos e as ações realizados ou apoiados por cada instituição enquadráveis nos objetivos da EA e estabelecer relações entre os mesmos e o DL. Numa segunda fase, utilizou-se o inquérito por entrevista aos dirigentes das instituições participantes, para analisar as suas perceções sobre qual é o papel das respetivas instituições na promoção do DL, assim como a importância do turismo para o DL, nomeadamente em territórios de baixa densidade populacional e com uma economia débil, como é o caso de Trás-os-Montes.

3.2.1 Análise documental

A análise documental consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica, deve extrair da fonte original, permitir a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento (Moreira, 2005). Na análise documental, os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos, com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação (Flores, 1994). A primeira perspetiva da análise documental tem os documentos como base para o desenvolvimento de estudos e pesquisas segundo os interesses do investigador. Mas noutro ponto de vista este método é também considerado um conjunto de processos de modificação e transformação do material informativo recolhido (Bardin, 1997).

O tratamento documental tem por objetivo descrever e representar o conteúdo dos documentos de forma diferente da original, visando garantir a recuperação da informação nele contida e possibilitar a sua transmissão e uso, facilitando a sua consulta. No recurso às diversas fontes documentais como relatórios, registos, dossiês, comunicados, propostas, planos, etc., o material recolhido e analisado é depois utilizado para contextualizar o caso, permitindo acrescentar a informação para validar outras fontes.

Algumas vantagens do método de análise documental consistem na estabilidade das informações por serem “fontes fixas” de dados e pelo facto de ser uma técnica que não altera o ambiente ou os sujeitos. Por outro lado, este método permite evitar o recurso abusivo às sondagens e aos inquéritos. Visto que os documentos geralmente podem obter-se gratuitamente ou a baixo custo e proporcionam informações sobre ocorrências passadas às quais o investigador não assistiu, a aplicação deste método é também de baixo custo (Flores, 1994).

Quanto às limitações apresentadas por este método, destaca-se a falta de objetividade e a validade questionável (Oliveira, 2007), dado que nem sempre é possível o acesso direto aos documentos, levantando a hipótese de os documentos poderem ter sido forjados, alterados ou falseados (Flores, 1994).

Nesta investigação foi utilizada a análise documental como técnica de recolha de informação para conhecer os planos de atividades e projetos das instituições colaboradoras na investigação. Na primeira fase efetuou-se a recolha dos documentos junto de cada uma das instituições envolvidas na investigação. Numa segunda fase, a documentação recolhida foi organizada e posteriormente analisada e interpretada. Foi dado destaque às atividades relacionadas com a EA, tentando perceber de que forma esta pode levar ao DL e como as instituições consideram importante para a região, este tipo de atividades relacionadas com EA.

3.2.2 Inquérito por entrevista

O inquérito caracteriza-se por ser um método de recolha de informação, através da interrogação das pessoas cuja opinião se quer conhecer. Este método divide-se em duas formas diferentes de recolher informação: o questionário e a entrevista. O inquérito por questionário é normalmente aplicado à distância, enquanto o inquérito por entrevista é aplicado numa situação presencial do entrevistador com o entrevistado.

Uma entrevista é um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado (Anderson, 2000). As entrevistas, ao contrário dos questionários, permitem obter respostas mais abrangentes e aprofundar certos assuntos, uma vez que a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Contudo, as entrevistas possuem algumas limitações pelo facto de não poderem ser tão facilmente aplicadas a grandes universos, assim como alguma subjetividade, pelo facto de o investigador intervir na interpretação das respostas, entre outras.

A preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da investigação, requerendo tempo e exigindo alguns cuidados, dos quais se destacam: o planeamento da entrevista, que deve ter em vista o objetivo a ser alcançado; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado em fornecer a entrevista que deverá ser marcada com antecedência para que o investigador se assegure de que será recebido; as condições favoráveis que possam garantir ao entrevistado o segredo das suas confidências e da sua identidade; e, por fim, a preparação específica, que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes (Lakatos & Marconi, 1996). No que diz respeito à formulação das questões, o investigador deve ter cuidado para não elaborar perguntas absurdas, arbitrárias, ambíguas, deslocadas ou tendenciosas. As perguntas devem ser feitas levando em conta a sequência do pensamento do entrevistado, ou seja, procurando dar continuidade à conversa, conduzindo a entrevista com um certo sentido lógico para o entrevistado.

As entrevistas qualitativas, como referem Bogdan e Biklen (1994), variam quanto ao grau de estruturação, desde as entrevistas não estruturadas, até às entrevistas estruturadas, passando pelas entrevistas semiestruturadas.

Nas entrevistas não estruturadas, as perguntas não são definidas *a priori* e, por isso, surgem com o decorrer da interação entre os dois agentes (entrevistador e entrevistado). Assim, as questões são respondidas dentro de uma conversa informal e a postura do entrevistador deve ser a de ouvinte, intervindo apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista. A entrevista não estruturada é utilizada quando se pretende obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo o ponto de vista do entrevistado, e ainda para obter mais e melhores detalhes sobre o assunto em questão (Fontana & Frey, 1994). Quanto às desvantagens da entrevista não estruturada, estas centram-se na eventual falta de tempo e escassez de recursos financeiros do entrevistador. Por outro lado, por parte do entrevistado pode registar-se insegurança em relação ao seu anonimato, podendo, por causa disso, o entrevistado reter informações que seriam importantes para a investigação (Minayo, 1993).

Numa entrevista semiestruturada combinam-se perguntas abertas com perguntas fechadas. O entrevistador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas fá-lo num contexto semelhante ao de uma conversa informal e nas questões abertas é dada a possibilidade ao entrevistado de discorrer sobre o tema proposto.

Por outro lado, uma entrevista estruturada é elaborada mediante um questionário estruturado, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e onde se mantém uma preocupação em não fugir a elas. Este tipo de entrevista baseia-se na utilização de um questionário como instrumento de recolha de informações o que garante que a mesma pergunta seja feita da mesma forma a todas as pessoas que forem entrevistadas. Gil (1999, p. 121) explica que “a entrevista desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número”. O principal motivo para este cuidado é garantir a possibilidade de comparação das diferenças das respostas fornecidas pelos entrevistados ao mesmo conjunto de perguntas. Uma das principais vantagens da entrevista estruturada é que nem sempre é necessário a presença do entrevistador para obter resposta a entrevista, uma vez que a entrevista pode ser enviada ao entrevistado através do correio postal, por correio eletrónico ou por um intermediário, não sendo necessária a presença do entrevistador ou a sua aplicação pode ser realizada por outros entrevistadores, que colaborem com o pesquisador (Gil, 1999).

Nesta investigação optou-se por aplicar entrevistas estruturadas. Para isso, elaborou-se um guião com um conjunto de questões às quais que não se pretendia “fugir”, com o propósito de obter a informação da forma mais sistematizada possível.

Para a administração das entrevistas houve necessidade de contactar com os dirigentes das instituições participantes tendo em vista apresentar os objetivos do trabalho, salientar a importância da colaboração para o sucesso da investigação e justificar a pertinência da entrevista. Seguidamente foi efetuada uma deslocação a cada uma das instituições para preparar as entrevistas com os técnicos indicados para o efeito. Devido à escassez de tempo e de agenda compatível dos técnicos a entrevistar, optou-se por propor aos mesmos que as questões fossem respondidas por escrito, através de correio eletrónico, o que veio a ser concluído no período entre maio e novembro de 2014.

Através das entrevistas aplicadas aos técnicos das instituições, pretendeu-se saber o conceito de turismo de natureza, como relacionam o turismo com o meio e com a população local, que tipo de atividades relacionadas com o turismo estas instituições oferecem, se tem as instalações adequadas e estas contribuem para uma afluência de turistas, e de que forma o turismo pode ajudar na preservação e conservação dos recursos, se consideram o turismo um fator de DL e que tipo de desenvolvimento o turismo de natureza praticado por cada instituição proporcionou para a região.

3.3 Procedimento de recolha e tratamento de dados

Neste ponto da dissertação apresentam-se os passos que foram observados no processo de recolha e tratamento dos dados, tendo em vista alcançar os objetivos propostos nesta investigação. A recolha de informação foi desenvolvida em dois momentos: numa primeira fase, foi feita uma revisão da literatura relacionada com os conceitos de EA e de DL, assim como a documentação disponível em diversos suportes sobre as características naturais, culturais e socioeconómicas da região, e ainda sobre os projetos, programas e ações desenvolvidos na região ou que permitam a sua promoção no exterior, contribuindo para o seu DL. A informação recolhida nesta fase de pesquisa ajudou a formular as questões da investigação, a enquadrá-las teoricamente e a identificar quais as entidades mais relevantes para a concretização da investigação. O segundo momento consistiu na recolha de dados junto das instituições participantes e na elaboração de um guião e realização das entrevistas.

Para esta investigação de natureza qualitativa, considerou-se como a melhor técnica de tratamento de dados, a análise de conteúdo. Trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, com o intuito de realizar deduções lógicas e justificadas a respeito da origem das mesmas (Bardin, 2006). A análise de conteúdo constitui um método específico que torna a informação mais clara, devido à elaboração esquemática que vai fazendo, passo a passo, tornando mais fácil e menos ambíguo o entendimento da mensagem, devido à possível redução do material recolhido. As regras formuladas no processo de análise de conteúdo destacam essa impressão de uma maior clareza e ausência de ambiguidade (Flick, 2009), na medida em que reduz a complexidade de uma coleção de textos.

O processo de análise de conteúdo envolve várias etapas para se obter os significados dos dados recolhidos. Segundo Bardin (2006), este processo organiza-se em três etapas:

- 1- Pré-análise: fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de o tornar operacional, sistematizando as ideias iniciais.
- 2- Exploração do material: fase que consiste na exploração do material com a definição de categorias.

3- Tratamento dos resultados: etapa em que ocorre o resumo e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações, com base numa análise reflexiva e crítica.

Por fim, cabe salientar que a análise de conteúdo possibilita a utilização de diferentes estratégias de análise no seu desenvolvimento metodológico. Dessa forma, necessita de critérios de validade e confiabilidade. Para isso, necessita de proceder frequentemente à superação das limitações inerentes a esta forma de recolha de informação. A triangulação de dados tem sido amplamente discutida e muito bem aceite, tanto na recolha como na análise de dados e permite superar as limitações de um método único, por combinar diversos métodos e dar-lhes igual relevância (Flick, 2009). Sendo assim, é importante que a recolha de dados não se baseie apenas numa única fonte de informação, mas em várias, para permitir essa triangulação, através do cruzamento dos dados recolhidos, conferindo uma maior validade à investigação. Por tudo o que foi referido, pode-se dizer que análise de conteúdo é uma técnica morosa e que exige muita dedicação, paciência e tempo por parte do pesquisador, o qual tem de se valer da intuição, imaginação e criatividade, principalmente na definição de categorias de análise. Para tanto, disciplina, perseverança e rigor são essenciais (Denzin & Lincoln, 2008).

Esta investigação apresenta uma dupla vertente: exploratória e conclusiva. A componente exploratória centrou-se no levantamento dos conceitos teóricos mais pertinentes, tendo-se baseado no levantamento de informação, através de fontes bibliográficas, nomeadamente através da consulta dos planos de atividades das instituições, mas também pela leitura e análise de artigos, sites da Internet e outra documentação sobre as instituições participantes.

A partir dos elementos recolhidos, fez-se a análise de conteúdo, passando pelas três etapas referenciadas por Bardin (2006). Fez-se uma pré análise da documentação, em que se organizaram os dados recolhidos, sem nenhuma preocupação de análise, apenas para organizar os dados de acordo com os objetivos iniciais. Ou seja, depois de recolhida a informação acerca das atividades das instituições, os planos de atividades foram analisados e deles retiraram-se os elementos referentes às atividades mais pertinentes para a presente investigação. Na fase seguinte, o material foi organizado em categorias, tentando estabelecer relações entre os dados constantes nos planos de atividades das instituições participantes com os objetivos da presente investigação. Na fase final, fez-se uma análise crítica interpretativa sobre as relações encontradas,

tentando perceber quais os reflexos das ações realizadas nos últimos anos por estas entidades em termos de promoção do turismo e do DL e regional nas áreas de intervenção.

Tendo em vista a sistematização dos elementos recolhidos na documentação consultada, foram identificadas as seguintes categorias de análise:

- Importância da EA para o DL
- Turismo como fonte de DL

Para cada uma destas categorias de análise, foram identificados os seguintes descritores:

- Importância da EA para o DL
 - Ações de EA para as escolas
 - Ações de EA para o público em geral
 - Ações de EA para público específico
 - Publicações
- Turismo como fonte de DL
 - Numero médio anual de visitantes
 - Infra-estruturas das instituições para a prática do turismo

Na sequência da informação recolhida e analisada, mediante fontes secundárias, procedeu-se à recolha de dados primários, tendo-se para o efeito desenvolvidos os guiões das entrevistas. A informação recolhida nas entrevistas foi posteriormente alvo de análise de conteúdo, com um cariz iminente qualitativo, e a sua opinião acerca do impacto das ações levadas a cabo, meio onde estão inseridas. Na realização das entrevistas teve-se em consideração três momentos distintos:

- a) justificação do propósito da entrevista, destacando a importância da colaboração dos entrevistados para o desenvolvimento da investigação, mas garantindo o anonimato e confidencialidade sobre todas as informações prestadas;
- b) desenvolvimento da entrevista, de acordo com o guião previamente elaborado;
- c) finalização da entrevista, com os agradecimentos.

Tendo em vista a sistematização dos elementos recolhidos nas entrevistas, foram identificadas as seguintes categorias de análise:

- Importância do turismo de natureza para as instituições
- Importância do turismo para o DL

Para cada uma destas categorias de análise, foram identificados os seguintes descritores:

- Importância do turismo de natureza para as instituições
 - Conceito de TN
 - Afluência dos turistas
 - Relação das instituições com a população local
- Importância do turismo para o DL
 - Turismo como fator de DL
 - Desenvolvimento proporcionado na região.

3.4 Instituições colaboradoras

Neste ponto da dissertação apresenta-se a caracterização das instituições que participaram na investigação, a saber: o Parque Natural de Montesinho (PNM), o Parque Biológico de Vinhais (PBV), o Geopark Terra de Cavaleiros (GTC) e a Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia (CoraNE).

A escolha destas instituições deve-se ao facto de serem grandes promotoras de atividades que visam mostrar o que de melhor existe na região e assim potenciar o desenvolvimento, não só da cidade de Bragança, bem como de todo concelho (Tabela 2).

Na região norte do país podemos encontrar algumas das Áreas Protegidas mais relevantes da Rede Nacional de Áreas Protegidas (AP), classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, onde se destacam o Parque Natural de Montesinho, o Parque Natural do Alvão e o Parque Natural do Douro Internacional. Contudo, para esta investigação destaca-se o Parque Natural de Montesinho (PNM), devido essencialmente à sua localização, à qualidade paisagística, à diversidade dos recursos naturais que possui e às potencialidades que gera para a região, quer em termos de qualidade de vida das populações residentes, quer em termos turísticos. O PNM engloba as áreas das serras de Montesinho e Coroa e abrange parte significativa do território dos concelhos de Bragança e Vinhais, fazendo fronteira a nascente e a poente com Espanha (ICNF, 2015). Está incluído na ZPE das serras de Montesinho e Nogueira e no Sítio Montesinho – Nogueira, da Lista Nacional de Sítios da Rede Natura 2000. Existem nesta AP muitas das espécies ameaçadas da fauna portuguesa, uma vegetação natural de grande importância conservacionista, ocorrências geológicas com interesse científico relevante, aspetos culturais tradicionais diferenciativos, associados a uma pressão humana moderada, motivos que levaram à sua escolha no âmbito deste estudo, para perceber o que é feito para potenciar estas características.

Tabela 2: Caracterização das instituições colaboradoras.

	PNM	PBV	GTC	CoraNE
Objetivos	- Preservação e conservação da riqueza natural da região; - Interpretação do território nas várias componentes.	- Interpretação da paisagem da região, nas várias componentes; - Conservação da natureza e promoção da biodiversidade; - Desenvolvimento do ecoturismo.	- Preservação e conservação da paisagem; - Interpretação das tradições culturais da região; - Desenvolvimento do geoturismo.	- Desenvolvimento social, económico e cultural da região; - Divulgação do património natural e cultural da região; - Fomento e divulgação dos recursos endógenos.
Forma de atuação	Visitas guiadas; Passeios pedestres; Atividades de EA; Participação em eventos (feiras, exposições, etc.)	Visitas guiadas; Passeios pedestres, de bicicleta e de burro; Atividades de EA; Participações em eventos (feiras, exposições, etc.).	Visitas guiadas; Palestras; Participação em eventos (feiras, exposições, etc.); Atividades de EA; Pacotes turísticos.	Palestras; Participação em eventos (feiras, exposições, etc.); Visitas guiadas; Atividades de EA.
Área de atuação	Concelhos de Bragança e Vinhais	Concelhos de Bragança e Vinhais	Concelho Macedo de Cavaleiros	Região da Terra Fria Transmontana

O Parque Biológico de Vinhais (PBV) foi criado em 2008 e é gerido pela Câmara Municipal de Vinhais. Apesar de não ser o único do país, é o único na região de Bragança com esta denominação. Está localizado em pleno PNM, na Serra da Coroa, a 3km de Vinhais. Trata-se de um equipamento com várias competências na área da conservação, preservação e promoção dos recursos naturais e no desenvolvimento do ecoturismo (PBV, 2014), pelo que se considerou pertinente conhecer melhor o contributo do seu trabalho para o desenvolvimento da região em que se insere, constituindo-se assim um objeto de estudo nesta investigação.

A escolha do Geopark Terra de Cavaleiros para esta investigação deve-se à sua singularidade na região e às potencialidades que pode ter na promoção da região envolvente. Apesar da existência de mais três geoparques no país (Arouca, Naturtejo e Açores) o Geopark Terra de Cavaleiros é o único na região de Bragança, situado em Macedo de Cavaleiros, onde ocupa uma vasta extensão de 697 km² e está integrado na Lista Nacional de Sítios da Rede Natura 2000. Esta entidade apresenta-se de uma forma diferente de promover a região, através do património geológico (GTC, 2014).

A CoraNE – Associação de desenvolvimento dos Conselhos da Raia Nordestina, não sendo a única associação de desenvolvimento deste tipo na região de Bragança, uma vez que também existe a sua homóloga da chamada “Terra Quente Transmontana”, a

Desteque – Associação para o desenvolvimento da Terra Quente, foi a escolhida para esta investigação dado que a sua área de atuação se concentra na chamada Terra Fria Transmontana, que abrange os concelhos de Vinhais, Bragança, Vimioso e Miranda-do-Douro, coincidindo, portanto, na mesma área geográfica das restantes entidades participantes. Devido às condições naturais do território, que confere características excepcionais, refletidas na singularidade dos valores naturais e paisagísticos e onde a existência dos dois Parques Naturais (Montesinho e Douro Internacional) reforçam o potencial ecológico da região, a CoraNE, atua na implementação de projetos que pretendem potenciar o desenvolvimento da região (CoraNE, 2014).

CAPÍTULO IV - Apresentação e Discussão dos Resultados

O presente capítulo foi concebido com o propósito de se apresentar os dados recolhidos relativos as instituições participantes na investigação, segundo a metodologia anteriormente apresentada. Sendo assim, na fase inicial é apresentada a caracterização das atividades desenvolvidas pelas instituições participantes, de acordo com a análise efetuada aos respetivos planos de atividades, destacando-se algumas das atividades mais relevantes. Na fase seguinte, apresentam-se os resultados das entrevistas, aplicadas a alguns dirigentes e técnicos das instituições. Por fim, será apresentada a discussão dos resultados.

4.1 Análise de fontes documentais

Apresenta-se de seguida a sistematização da informação sobre as atividades desenvolvidas nos anos de 2012 e 2013 pelas instituições participantes no estudo, de acordo com informação dada pelos técnicos de cada instituição, análise de documentos e relatórios de atividades, fazendo destaque de algumas das atividades consideradas mais importantes de acordo com os objetivos da investigação. Apresentam-se também alguns dados referentes a 2014, embora com um nível de desagregação menor, dado que são recentes e nem sempre estão devidamente tratados na documentação consultada.

De acordo com a informação descrita na tabela 3, percebe-se que o leque de atividades não é muito vasto, embora sejam dirigidas para um público abrangente. A exceção do projeto “À descoberta do Parque Natural de Montesinho”, que é específico para o público escolar, com o propósito de dar a conhecer o PNM, a sua fauna e flora e

de fomentar o interesse pelo meio natural, chamando à atenção para a sua conservação e preservação. Com este projeto, o PNM pretende que as turmas interessadas, depois da apresentação das temáticas na sala de aula pelo técnico do PNM, elaborem um pequeno trabalho, que no fim do ano letivo é exposto. Para além deste projeto, o PNM promove também visitas guiadas para grupos escolares ao longo de todo ano e disponibiliza-se para dar apoio técnico às escolas em atividades que pretendam desenvolver abordando temas como o PNM e a Conservação da Natureza e da Biodiversidade em geral.

Na área do PNM existem 13 percursos pedestres sinalizados. Mediante marcação prévia, os visitantes podem ser acompanhados por um técnico do PNM, para assim poderem conhecer melhor a sua biodiversidade e geodiversidade, assim como outras características ecológicas, paisagísticas e culturais. O PNM dispõe de uma sede em Bragança, de um Centro de Interpretação do Parque Natural de Montesinho em Vinhais (CIPNM Vinhais) e do Núcleo Interpretativo da Lorga em Dine (NIL Dine), locais esses que registaram uma procura moderada por parte dos turistas nos últimos dois anos (2012, 2013 e 2014).

Tabela 3. Atividades desenvolvidas pelo Parque Natural de Montesinho.

Atividades	Sensibilização Ambiental	Percursos pedestres
Descrição	-A Descoberta do PNM: Vamos conhecer o PNM, Vamos conhecer a fauna do PNM; Água e sistemas ribeirinhos, Energia sustentável. - Visitas Guiadas.	13 Percursos pedestres sinalizados Quando requerido pelos visitantes, o percurso pode ser acompanhado por um técnico do PNM, fazendo a interpretação do espaço.
Público-alvo e data de realização	Comunidade escolar - realiza-se ao longo de todo ano.	Público em geral - realiza-se ao longo de todo ano.

Na sede do PNM, os visitantes podem obter informação acerca do PNM, nomeadamente sobre as espécies de fauna e flora, sobre sítios de maior interesse ecológico e paisagístico, bem como sobre os trajetos a percorrer, cuidados a ter, entre outras informações. Contudo os turistas que se dirigem à sede pretendem informação sobre os percursos pedestres sinalizados, acerca das características do percurso, a sua dificuldade, o tempo que demora, o que podem observar, se estão em contato com a população, se podem ir de bicicleta.

Ao analisar a tabela 4 verifica-se que o número total de visitantes relativo aos anos de 2012, 2013 e 2014 é de 23148. O número de visitantes que se dirigiram à sede do PNM em Bragança, quer nacionais quer estrangeiros, diminuiu no período em estudo, embora isso possa estar relacionado com a mudança de instalações, na medida em que os turistas podem ter tido mais dificuldade em encontrar a nova morada, por ainda não constar nos materiais de divulgação anteriores. As antigas instalações situavam-se numa das entradas de Bragança, vindo da fronteira com Espanha, o que proporcionava mais facilidade para os turistas, o que também poderá justificar a e assim maior fluxo de visitantes. No Centro de Interpretação do PNM em Vinhais o número de turistas nacionais aumentou de 2012 para 2013, mas houve um decréscimo no número de visitantes estrangeiros, do ano de 2012 para 2013 (Tabela 4). O CIPNM Vinhais localiza-se na zona histórica de Vinhais, numa casa recuperada dentro das muralhas do castelo. Neste Centro de Interpretação os visitantes podem conhecer o património cultural, antropológico e histórico da região e do PNM através de filmes, painéis expositivos e suportes interativos, que dão a conhecer a legislação, o clima, o relevo, a fauna e flora existentes. No NIL Dine o número de visitantes nacionais, aumentou de 2012 para 2013, verificando-se a mesma tendência tanto no número de turistas nacionais como estrangeiros (Tabela 4). A Lorga de Dine é uma pequena gruta localizada num dos escassos e pequenos maciços calcários existentes no nordeste transmontano.

Ao longo dos dois anos em estudo, o número de visitantes no PNM, tanto nacionais como estrangeiros, essencialmente Espanhóis e Franceses, não foi regular. Verificando-se uma diminuição na sede em Bragança devido a mudança das instalações, um aumento no NIL Dine e no CIPNM Vinhais um aumento dos turistas nacionais e uma ligeira diminuição dos turistas estrangeiros. Conclui-se assim que os turistas têm demonstrado um grande interesse e procura pelo PNM, devido a sua biodiversidade, a sua geologia o seu clima e pelo espaço que oferece para a prática de diversas atividades ao ar livre. Para complementar toda esta oferta turística, esta AP conta no seu espaço com cerca de 20 unidades de alojamento.

Tabela 4. Número de visitantes do Parque Natural de Montesinho.

Ano	Total	Sede Bragança		CIPNM Vinhais		NIL Dine	
		Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros
2012	7255	467	1037	3887	687	909	268
2013	7161	248	837	4084	561	1075	356
2014	8732						

O Parque Biológico de Vinhais (PBV) desenvolve atividades para o público em geral, como sejam os percursos pedestres, os passeios e as visitas guiadas, mas também realiza atividades para públicos específicos, nomeadamente para escolas, em que as atividades mais frequentes são: as visitas guiadas, a caça ao tesouro, pedy-paper, alimentação das raças autóctones e os passeios de burro (Tabela 5).

Este Parque é um dos locais com maior procura em todo o nordeste transmontano e há muito que se assumiu como uma referência pelo nível de serviços que oferece. Está complementado com o Centro Interpretativo das Raças Autóctones Portuguesas e com o Centro Hípico que, para além das aulas de equitação, permite aos turistas realizar passeios a cavalo pelo parque ou passeios de charrete. Possui também O Centro Micológico, um espaço destinado à interpretação, divulgação e até degustação dos cogumelos mais comuns na região, e também a Piscina Biológica, que tem a particularidade de não necessitar do uso de produtos químicos para tratamento da água, sendo a oxigenação e limpeza da água feita por plantas específicas, sem necessidade de se adicionar nem cloro nem sal.

Tabela 5: Atividades desenvolvidas pelo Parque Biológico de Vinhais.

Atividades	Atividades de Educação Ambiental	Percursos pedestres	Passeios e visitas
Descrição	Promove uma forte componente de EA, através de uma série de atelieres, atividades de sensibilização ambiental e de descoberta da natureza	- Percurso ao Pólo da Cidadelha - Percurso ao Pólo da Barragem de Prada - Percurso ao Pólo da Charca da Videira	- Passeios de burro - Passeios de bicicleta - Visitas guiadas
Público-alvo e data de realização	Comunidade escolar - realiza-se ao longo de todo ano.	Público em geral - realiza-se ao longo de todo ano.	Público em geral - realiza-se ao longo de todo ano.

Para complementar esta oferta, o PBV dispõe de um equipamento, ao nível do alojamento que representa uma mais-valia importante: os bungalows, assim como dispõe ainda da Casa do Guarda e da Hospedaria, perfazendo na totalidade 86 lugares disponíveis para reserva, direcionados para os diferentes gostos. Existe também o Parque de Campismo para tendas, caravanas ou autocaravanas. Em relação ao número de visitantes, verifica-se que existe uma grande afluência, como ilustra a tabela 6 com número total dos visitantes.

Tabela 6. Número de visitantes do Parque Biológico de Vinhais.

Ano	Parque Biológico de Vinhais
2012	12635
2013	17366
2014	30103

Constata-se pela tabela 6, que o número de visitantes tem aumentando ao longo destes três últimos anos. Sendo que em 2012 de 12635 visitantes aumentou para 17366 em 2013, tendo a maior evolução do número de visitantes sido registada em 2014 com 30103. Esta procura verifica-se pelas diversas atividades promovidas pelo parque, pela diversidade e inovação de meios e serviços que o PBV oferece. O meio onde se insere o parque também é muito importante na atração de turistas, assim como as iniciativas promovidas na vila de Vinhais como a Feira do Fumeiro. Efeito desta afluência de visitantes ao PBV verifica-se também pelo número de turistas que pernoitam nas instalações de alojamento do PBV nestes três anos, tendo ficado em 2012 nestas instalações 2981 turistas, 4100 em 2013 e 5181 em 2014.

À semelhança das instituições referidas anteriormente, o Geopark Terras de Cavaleiros (GTC) tem uma componente de sensibilização dirigida em especial para o público em idade escolar, e um conjunto de atividades direcionadas para o público em geral (Tabela 7). O GTC participa e promove diversos eventos na região, como o Entrudo Chocalheiro, a Feira da Caça e do Turismo, o Macedo Mostra, a Feira de S. Pedro ou o Festival Internacional de Música Tradicional, mas também organiza exposições de arte interativas com agentes turísticos, como hotéis e restaurantes, e dá apoio à promoção e realização de eventos pelos diversos parceiros, comunidade local, associações culturais e recreativas, entre outras.

O Geopark funciona ele próprio como um projeto de DL e pretende alcançar esse desenvolvimento através da conservação do património geológico, mas mostrando que um Geoparque não é só um conjunto de património geológico, mas, pelo contrário, nele são imprescindíveis outros valores patrimoniais, como as tradições, a cultura ou a gastronomia da região. Por isso, a participação do GTC em todos os eventos mencionados, consiste no trabalho em conjunto com outras instituições locais para promover o contacto dos turistas com a agricultura, os saberes tradicionais como por exemplo de fazer pão, azeite ou vinho através dos seus pacotes turísticos.

Tabela 7. Atividades desenvolvidas pelo Geopark Terras de Cavaleiros.

Atividades	Ações de sensibilização	Percursos pedestres	Pacotes turísticos
Descrição	Ações de sensibilização acerca da geologia, cultura, fauna e flora	- Visitas guiadas - Rotas turísticas	Realização ou colaboração em experiências turísticas diferenciadoras (magusto, apanha da azeitona, cegada)
Público-alvo e data de realização	Comunidade escolar - realiza-se ao longo de todo ano.	Público em geral - realiza-se ao longo de todo ano.	Público em geral - realiza-se ao longo de todo ano.

Apesar de ainda recente, o GTC registou de 2013 para 2014 um aumento de visitantes de 1531 para 4858 (Tabela 8) e o mesmo aconteceu com os visitantes estrangeiros que aumentaram, apesar de ainda de forma residual, de 21 para 45 visitantes em 2014. Este aumento de visitantes é um reflexo da procura pelos diversos pacotes turísticos que o GTC oferece, assim como as rotas e visitas aos 42 geossítios.

Tabela 8. Número de visitantes do Geopark Terra de Cavaleiros.

Ano	Território GTC	
	Nacionais	Estrangeiros
2013	1531	21
2014	4858	45

Pela informação anteriormente referida, destas três instituições verifica-se que o público a que se dirigem as atividades é semelhante. Pois nas três existem atividades de sensibilização ambiental essencialmente dirigidas a escolas e as restantes ao público em

geral e realizam-se ao longo de todo ano, sendo algumas atividades características de determinadas épocas do ano, como por exemplo a vindima, a apanha da azeitona e das castanhas, a observação de aves, a apanha de cogumelos. Salienta-se também que existem atividades comuns às três instituições, para além dos percursos pedestres, a observação de aves, a prática de desporto e o trabalho em conjunto com outras entidades. Evidencia-se também que todas as atividades das três instituições têm como objetivo a preservação e conservação do património natural e o desenvolvimento do turismo de forma sustentada.

De seguida apresentam-se as atividades promovidas pela CoraNE, das quais se destacam três projetos apoiados financeiramente no âmbito do Quadro Comunitário 2010/2014: Qualificação do Turismo Ativo, AMBI-EMPLEAte e Wolf: Wild & Farmers. A seleção destes três projetos foi feita com a ajuda dos técnicos da CoraNE, visto serem os que se enquadravam mais nos objetivos desta investigação.

O projeto Qualificação do Turismo Ativo (QTA) é um projeto de cooperação, com início numa candidatura em janeiro de 2010 apresentada pela CoraNE. Conta com 13 Grupos de Ação Local parceiros em várias regiões do país, sendo eles a ADIRN (como GAL coordenador) e os ADDLAP, ADL, ADREPES, ADRITEM, ADRUSE, CoraNE, DESTIQUE, LADER OESTE, LEADER SOR, PINHAL MAIOR, PRO RAIÁ e ROTA do GUADIANA. Pretende-se com este projeto aceder a novos mercados através do intercâmbio de know-how com outras zonas, utilização de recursos comuns para a qualificação das empresas, dos recursos humanos e dos produtos turísticos, comercialização e promoção em torno de uma marca de qualidade comum, alcançar mercados internacionais e urbanos com ganhos de escala e através de uma gama de oferta diversificada de produtos, aumento do número de turistas, reforço da competitividade das empresas, aumento da qualidade dos serviços, criação de novos produtos em resposta à solicitação dos novos mercados, com vista ao reforço de uma identidade territorial dos territórios intervenientes.

O QTA tem como objetivo central desenvolver conjuntamente áreas de turismo ativo, turismo cultural, turismo de natureza, artesanato e a gastronomia nos territórios rurais, em torno de uma marca de qualidade, contribuindo para a revitalização das várias regiões. Assim, visa alcançar o desenvolvimento económico, social e ambiental dos diferentes territórios, criando condições para a fixação de atividades económicas e para a permanência das populações nos territórios através dos principais eixos estratégicos: qualificação das empresas, recursos humanos, infraestruturas e equipamentos de

promoção da marca, contribuindo desta forma para o reforço da atratividade da região, incentivo à inovação e empreendedorismo, o desenvolvimento pessoal, diversificação das atividades promovidas a criação de condições para mais e melhor emprego, nos territórios rurais parceiros e certificados com a marca WorldAdventure. No âmbito do QTA, a CoraNE realizou no seu território três ações de divulgação deste projeto durante os meses de maio e novembro de 2012, e maio de 2013 (Tabela 9), contactando as empresas de animação turística e outras empresas autorizadas a desenvolverem as atividades relacionadas com os quatro produtos estratégicos do projeto: Passeios pedestres; BTT; Todo-o-terreno; Canoagem.

Tabela 9. Ações desenvolvidas pela CoraNE no projeto Qualificação do Turismo Ativo.

Ações	Ações de formação	Ações de promoção regional	Jornadas técnicas	WorldAdventure
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> - Jornadas técnicas de manobra de cordas (2011) - Jornadas técnicas de Passeios Pedestres (2012) 	<ul style="list-style-type: none"> - Passeio pedestres (maio 2012) - Passeio micológico (novembro 2012) - Atividades de promoção na Expo Trás-os-Montes em (abril 2012 e 2013) 	<ul style="list-style-type: none"> - Socorrismo e Resgate Nível I - Canoagem Nível I - Passeios Pedestres Nível I - TT nível 1 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da marca - Conceção e produção do Stand - Conceção e manutenção do site - Participação em feiras internacionais para públicos específicos - Participação em feiras nacionais da especialidade

O projeto AMBI-EMPLEAte corresponde a uma estratégia de cooperação interterritorial para o fomento da capacitação laboral e criação de emprego de qualidade em espaços rurais de alto valor ambiental pertencentes à Rede Natura 2000 (CoraNE, 2014). Este projeto de cooperação teve início em janeiro de 2011, reunindo seis Grupos de Ação Local (GAL) de Espanha: ADERISA, ADATA, ADRI PALOMARES, ADISAC-LA VOZ, SUBBÉTICA CORDOBESA, AVINZA-GDR 15 e a CoraNE. Tem como objetivo criar ferramentas necessárias para melhorar as condições de desenvolvimento económico. Estas ações são cruciais para alcançar uma melhoria na criação de empregos na área de influência socioeconómico das Áreas Protegidas da Rede Natura 2000, gerando uma série de oportunidades que podem ajudar a colocar travão ao despovoamento. Ao mesmo tempo, pretende-se introduzir o critério da

sustentabilidade nas pequenas e médias empresas (PME) situadas nessas AP ou na sua área de influência, entendida no seu sentido mais amplo: ambiental, social e económico. Estes são os três pilares que devem nortear o DS, porque dificilmente haverá sustentabilidade ambiental sem sustentabilidade económica e social (CoraNE, 2014).

A micologia está no centro de atuação da CoraNE, pelo que os cogumelos da Terra Fria Transmontana foram as principais ferramentas do GAL Português para conseguir atingir os objetivos deste projeto. Em conformidade com a estratégia da CoraNE para valorização dos recursos endógenos do seu território de intervenção, o projeto permitiu desenvolver um conjunto de ações de qualificação e produção de informação, sensibilizando as populações para a relevância da atividade micológica. Com a necessidade de dar a conhecer o valor que os cogumelos tiveram e têm para o povo transmontano, pois sempre fizeram parte da sua alimentação, e enquadrar a sua apanha como uma atividade legal, importava realçar as mais-valias na sua produção e potencial turístico (Tabela 10).

Tabela 10. Ações desenvolvidas pela CoraNE no projeto AMBI-EMPLEAte.

Atividades	Cursos de micologia	Semana Micológica da Terra Fria	Seminário Ibérico de Micologia
Descrição	Informação acerca das potencialidades dos cogumelos como oportunidade de negócio.	Forma a chegar a todos os públicos e promover uma reflexão mais alargada sobre a temática	-Realização de dois workshops sobre a produção de cogumelos - Passeio Micológico -Exposição com inúmeras espécies de cogumelos.
Público-alvo e data de realização	Público em geral-realiza-se na altura específica.	Público em geral - realiza-se na altura específica.	Público em geral – realiza-se na altura específica.

A CoraNE iniciou o primeiro curso de micologia “Produção de Cogumelos e Trufas” em setembro de 2011. Dos 21 participantes, dois criaram efetivamente o seu próprio emprego. A CoraNE abriu depois inscrições para novas edições do curso de micologia, onde se explicava tudo sobre cogumelos e como podem ser uma oportunidade de negócio através dos cogumelos silvestres, dando também apoio técnico aos interessados. No total destes dois cursos, houve 136 formandos. Em maio de 2012 o GAL CoraNE promoveu a Semana Micológica da Terra Fria, de forma a chegar a todos

os públicos e promover uma reflexão mais alargada sobre a temática. Esta iniciativa durou quatro dias e integrou várias atividades que atraíram centenas de participantes.

No âmbito deste projeto foi criada a Associação de Micologia da Terra Fria, que participou no Seminário Ibérico de Micologia realizado em Bragança, onde se reuniram diversos especialistas, na área da micologia, sobretudo os empresários da restauração, e onde se insistiu na necessidade de ressaltar o valor dos cogumelos, que vai mais para além do valor económico da sua comercialização. Nesse seminário foram realizados dois workshops práticos sobre produção de cogumelos, um passeio micológico organizado pela Associação Micológica da Terra Fria e uma exposição com mostra e identificação de inúmeras espécies de cogumelos. A publicação surgiu na sequência do “Guia de Campo dos Cogumelos da Terra Fria”, editado também pela CoraNE, em 2012, para colmatar algumas lacunas e estimular o interesse de curiosos, estudantes e empreendedores.

O Projeto Wolf: Wild Life & Farmers (Lobo: Vida Selvagem e Agricultores) pretende promover a coexistência pacífica da atividade pastorícia com o lobo e foi o objeto de um projeto de cooperação transnacional, que juntou Grupos de Ação Local de Portugal, Espanha, Estónia, Suécia, Polónia e Roménia. Os territórios implicados e os participantes pretendiam defender a compatibilidade e coexistência entre a vida selvagem e a pastorícia, potenciando esta última como atividade sustentável e necessária para a preservação da biodiversidade e para valorizar a figura do agricultor/pastor como peça chave no contributo para a conservação do lobo (Tabela 11).

O objetivo central deste projeto foi contribuir para o DS do território, preservando e valorizando o património natural. Em termos de atividades, organizou-se um debate entre os sectores e agentes envolvidos e elaborar uma proposta consensual com soluções para o problema a apresentar à Comissão Europeia. Para isso, foi necessário reunir os diferentes elementos e agentes envolvidos (organizações ambientais, pastores, caçadores, entidades conservacionistas, administrações locais e empresários rurais) para, em conjunto, se encontrarem oportunidades sustentáveis para o DL, com base nos recursos existentes, aproveitando e valorizando os recursos endógenos e transformando-os em fatores de competitividade, contribuindo para diminuir o êxodo das zonas rurais. Pretendem ainda potenciar a pastorícia como atividade para a melhoria da biodiversidade, salientando a figura do pastor para o desenvolvimento de territórios sustentáveis, e consciencializar a comunidade para promover a coexistência entre alguns sectores rurais e o lobo.

Tabela 11. Ações desenvolvidas pela CoraNE no âmbito do projeto Wolf.

Atividades	Ações de cooperação
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de um DVD com entrevistas feitas a pastores e agricultores - Estudo comparativo - Página web - Definição de uma rota internacional - Edição de um livro sobre património - Edição de um DVD de EA - Edição de material promocional - Participação em feiras internacionais - Edição de um filme de turismo de natureza - Sessões de informação, formação e debate - Formação turística - Produção de um expositor itinerante
Público-alvo e data de realização	<p>Público em geral;</p> <p>Realizou-se ao longo de todo quadro comunitário 2010/2014.</p>

Localmente, cada parceiro promoveu sessões de informação e sensibilização que permitiram reunir os diferentes agentes envolvidos na problemática, proporcionando o debate e a definição, em conjunto, de soluções adequadas ao desenvolvimento rural e, simultaneamente, à preservação do lobo. Paralelamente foi desenvolvido um trabalho de levantamento da realidade de cada território, com identificação do património relacionado com a pastorícia, a recolha de testemunhos, nomeadamente, junto dos pastores, na base de inúmeros produtos da parceria.

Para além da participação em todas as ações conjuntas, a CoraNE efetuou também ações a nível local (Tabela 12).

Embora o projeto tenha terminado em outubro de 2013, as iniciativas continuam a decorrer, continuando-se a trabalhar e divulgar a temática do projeto, apostando no esclarecimento, na informação e na defesa dos recursos endógenos da região. Do pré-escolar ao 4.º ano do primeiro ciclo, os professores trabalharam com as crianças a

história “Dinis e o Lobo”. As crianças perceberam, sem a menor dificuldade, a mensagem constante nos conteúdos do livro e trabalharam em contexto de sala de aula, nas mais variadas disciplinas (Português, Estudo do Meio e até Matemática), o que originou uma excelente exposição sobre o tema. Dando continuidade às atividades iniciadas com o projeto Wolf, pretende-se que esse objetivo conste dos planos de desenvolvimento de cada um dos territórios para o período de 2014-2020 e, se possível, alargar estes objetivos a outros territórios que não participaram no projeto inicial.

Tabela 12. Ações desenvolvidas pela CoraNE no projeto Wolf a nível local.

Atividades	Ações de sensibilização da população	Jornadas transnacionais	Livro o “Dinis e o Lobo”	Livro entre Lobos e pastores e o DVD “olhares sobre a Terra Fria”	Aplicação para Smartphone
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação do património relacionado com a pastorícia, - Recolha de testemunhos de 15 pastores de Vimioso e Vinhais, - Edição de livros e documentários. 	Forma a chegar a todos os públicos e promover uma reflexão mais alargada sobre a temática e onde foram apresentados os resultados do projeto.	Tem como objetivo mudar mentalidades e mostrar que os animais selvagens não são necessariamente maus que tem o seu próprio espaço que se deve respeitar e até retirar rentabilidade ambiental e turística. Esta história foi criada com a ajuda dos alunos do 4º ano.	Recolhida informação sucinta do património associado ao lobo e melhorar o conhecimento desta espécie.	Faculta aos utilizadores a informação mais relevante sobre o lobo ibérico. Facilita o conhecimento sobre o território permite ainda aos turistas aceder a informação sobre locais de visitação, percursos, alojamento e restauração.
Público-alvo e data de realização	Público em geral	Público em geral	Público escolar	Público em geral	Público em geral

Abrangendo todos os projetos desenvolvidos no âmbito do Quadro Comunitário para apoio financeiro de 2010/2014, foram realizadas diversas sessões de sensibilização de cariz ambiental, das quais destacamos, a título de exemplo, o Projeto “Terres de Rivières” cujo principal objetivo consistiu na valorização das paisagens fluviais. Foram

também efetuadas diversas sessões de sensibilização, presencialmente nas escolas primárias, e quatro grandes encontros escolares à beira do rio, onde as crianças puderam observar a flora e fauna existente e aprender a valorizá-la, a fazer separação de lixo, entre outros aspetos. A grande aposta deste projeto foi, sem dúvida, a sensibilização das crianças, tendo igualmente sido editado um livro em banda desenhada que incluía uma viagem pelos rios dos territórios abrangidos por todos os parceiros (ingleses, franceses, espanhóis e húngaros), onde foram abordados os problemas desses cursos de água, apresentando-se também respostas plausíveis para os mesmos e qual a postura que cada pessoa deve adotar para que, com pequenos gestos, ajude a valorizar os cursos de água. Os produtos resultantes deste projeto foram igualmente o intercâmbio de experiências concorrentes para o desenvolvimento de estratégias de promoção de um turismo rural e fluvial duradouro.

Ainda neste Quadro Comunitário de apoio financeiro, a CoraNE desenvolveu o projeto “Aldeias de Portugal”, que teve como principal objetivo a dinamização económica, social e cultural de aldeias de norte a sul do país, sobretudo através da dinamização turística, reforçando a oferta de produtos e serviços complementares, ligados a uma experiência turística em contato com o mundo rural. Pretendia também atrair novos investidores que dinamizem e projetem as aldeias classificadas como uma mais-valia turística do território. Neste âmbito, através da CoraNE, foram classificadas para entrar nesta rede quatro localidades do território da Terra Fria: Picote (Miranda do Douro); São Joanico (Vimioso); Rio D’Onor e Montesinho (Bragança). Estas aldeias apresentavam um bom estado de conservação, tipicidade e um nível razoável de serviços de apoio ao turismo, como alojamento, restauração, lojas de venda de artesanato, entre outros serviços.

A classificação das aldeias nesta rede aconteceu por fases, primeiro Picote e Montesinho, em 2011, e depois S. Joanico e Rio D’Onor, no segundo semestre de 2012. A integração nesta rede permite às aldeias e aos agentes económicos locais beneficiarem de ações de promoção conjuntas, nomeadamente a participação em Feiras de Turismo, a divulgação através de um portal na internet, edição de livros, brochuras e diverso material promocional. Foi efetuada a sinalização e identificação de equipamentos existentes, serviços, património, percursos pedestres e outros locais de interesse. Entre os materiais produzidos no âmbito do projeto, destaca-se o Roteiro Digital Aldeias de Portugal, o filme promocional Aldeias de Portugal da Terra Fria Transmontana, assim como folhetos informativos, painéis de sinalética e sacos Aldeias de Portugal.

A CoraNE tem, de forma complementar, contribuído para o alojamento turístico. Os diversos setores de atividade no mundo rural têm uma importância complementar e sinérgica, na medida em que, se há unidades de alojamento que recebam turistas, há visitantes que consomem os produtos da região, os compram e levam consigo, que usufruem dos equipamentos de lazer, que visitam e vivem o território na sua plenitude. Por isso a CoraNE tem feito um grande investimento na capacidade de alojamento do território. Salientando a importância do turismo no desenvolvimento da região. A CoraNE fez uma análise SWOT, onde mostra quais os pontos fortes e as oportunidades em que se deve investir e as ameaças e os pontos fracos que devem ser melhorados (Tabela 13). A CoraNE tem estado recetiva à iniciativa pública e privada, por toda a região da Terra Fria Transmontana, tendo promovido a criação e registo de 38 unidades de alojamento turístico no seu território de intervenção, para criar maior capacidade de resposta na região, quer através da criação de novas unidades de turismo rural.

Tabela 13. Análise SWOT efetuada pela CoraNE sobre o desenvolvimento do turismo na Terra Fria Transmontana.

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Construção de novas vias rodoviárias (A4 e IC5)	Perda da População residente	Condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo no espaço rural	Fraca sensibilidade dos operadores turísticos para as questões ambientais
Qualidade Ambiental	Falta de emprego	Oportunidades de emprego associadas ao turismo	Descaracterização de alguns aglomerados rurais
Grandes valores naturais, paisagísticos, patrimoniais e culturais Riqueza gastronómica	Falta de mão-de-obra qualificada.	Possibilidade de adaptação de património para atividade ligadas ao turismo	Edifícios tradicionais abandonados
Elevada percentagem de áreas protegidas		Promoção da educação ambiental	

4.2 Análise das entrevistas

Nesta secção, apresenta-se os dados resultantes das entrevistas realizadas aos técnicos das instituições que participaram nesta investigação (Anexo 1), com exceção da CoraNE. Não foi possível obter resposta por parte da CoraNE, porque a sua forma de atuação e a sua natureza são diferentes das outras três instituições, dado que realiza ações de desenvolvimento na região, através do aproveitamento dos recursos endógenos, trabalhando em parceria com outras instituições e com o apoio de programas comunitários.

Numa fase inicial apresentam-se as respostas referentes ao conceito de turismo de natureza, como as instituições relacionam o turismo de natureza com o meio onde se inserem e com a população local, quais os tipos de atividades que as instituições proporcionam, se têm instalações adequadas e qual a afluência de turistas. Numa segunda fase apresentam-se os dados relativos às respostas às questões sobre a importância do turismo para o desenvolvimento, de que forma o turismo pode ajudar na preservação e conservação dos recursos, se as instituições consideram o turismo um fator de DL e qual o tipo de desenvolvimento do turismo de natureza praticado por cada instituição.

Em relação à primeira questão (*Q1-O que é para si o turismo de natureza?*), percebe-se que os representantes das três associações entendem o turismo de natureza, como um produto que relaciona vários serviços e integra um conjunto de várias atividades, com o objetivo de usufruir da natureza sempre de forma a promover o respeito e a preservação dos recursos naturais:

PNM: “O Turismo de Natureza consiste num produto turístico composto por estabelecimentos, atividades de animação ambiental e serviços de alojamento. Integra um conjunto de práticas diversificadas que vão desde o alojamento em casas tradicionais, à interpretação e contemplação e usufruto da natureza nas suas diferentes vertentes (p. ex. passeios a pé, de bicicleta, a cavalo, observação de aves, canoagem, escalada, orientação, etc.).Essas atividades visam promover a ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes através do conhecimento e da fruição dos valores naturais e culturais próprios das Áreas Protegidas.”

PBV: “O Turismo Natureza passa pelo respeito dos recursos naturais e a valorização dos mesmos.”

GTC: “Um segmento do turismo, que permite contemplar e desfrutar do património natural, tendo em vista a oferta de um produto turístico integrado e diversificado.”

No que diz respeito à forma como o turismo de natureza está implementado na região (*Q2-Como caracteriza o turismo de natureza na instituição, Q2.1-Qual a relação com o meio onde se insere e Q2.2 E com a população local?*), como podemos constatar nas afirmações dos mesmos, todos consideram que o turismo de natureza encontra-se bem implementado, devido a todas as condições que o meio onde estão inseridas as instituições oferece, que a população beneficia com este tipo de turismo e que as instituições a trouxeram desenvolvimento:

PNM: “O turismo de natureza no PNM já se encontra bem implementado no que diz respeito ao alojamento e às atividades de desporto de natureza. O PNM tem-se constituído como uma das áreas protegidas nacionais mais atrativas em termos turísticos, ao longo dos últimos anos. Os visitantes do Parque são atraídos por considerar o PNM uma área de grande qualidade ambiental, de preservação dos lugares e das paisagens. No que diz respeito à população, apesar de existirem por vezes opiniões menos satisfatórias, no geral considerarem que a criação do PNM, e no que concerne o turismo de natureza, trouxe melhorias em termos de desenvolvimento económico e social.”

PBV: “O Parque Biológico encontra-se instalado na área do Parque Natural de Montesinho, respeitando todas as normas ambientais dos Parques Naturais e mantém um contato com a população local fortalecendo os contatos culturais e o respeito pelas tradições.”

GTC: “Na área do Geopark Terras de Cavaleiros localiza-se na Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, que oferece duas praias fluviais, ambas galaroadas, assim como uma diversidade de trilhos que podem ser realizados a pé ou de bicicleta. Em toda a área da albufeira é possível realizar desportos náuticos. Ainda nesta área existe uma Estação de Biodiversidade dedicada à observação de borboletas, libélulas e libelinhas e vários sítios integrados na Rede Natura 2000, que detêm de um património natural e cultural assinalável. Possui no seu total 42 geossítios distribuídos um pouco por todo o concelho, locais estes que permitem dar a conhecer a história geológica do território, assim como outros

aspectos culturais e históricos intrínsecos a estes. A população local beneficia com o turismo de natureza, na medida em que promove a visitação do seu território.”

Em rela o ao *tipo de atividades que o público pode usufruir com o turismo de natureza na institui o (Q3)*, das respostas obtidas salientam:

PNM: “Percurso pedrestres, percursos de bicicleta, passeios de cavalo, birdwatching e jogos tradicionais.”

PBV: “As atividades realizadas constam do nosso plano anual atividades que vão de encontro a todas as classes etárias sempre com cariz ambiental e cultural.”

GTC: “No território do Geopark o público pode usufruir de uma grande diversidade de percursos pedrestres, desportos náuticos, BTT, Birdwatching.”

No que diz respeito   pergunta quatro (*Q4-Para esta atividade são necessárias certas condi es ao nível das infraestruturas. De que forma se consegue, assim, a preserva o e conserva o dos recursos naturais?*) foi not rio que, ao nível das infraestruturas, as institui es consideram que possuem boas condi es para a prática do turismo de natureza, salientando a excelente qualidade ambiental do meio natural onde se inserem como a principal de todas elas.

PNM: “Todas as atividades designadas anteriormente têm sempre em conta os locais, as épocas do ano, por forma a preservar os nossos recursos naturais. A paisagem   um dos elementos de maior atra o e motivo das desloca es dos visitantes, sendo um elemento indissociável do Turismo de Natureza. A observa o da natureza tem fluxos turísticos crescentes, com potencialidades a desenvolver, nomeadamente como possível destino de turismo científico. Assume aqui especial relevo os 13 percursos pedrestres sinalizados. Os desportos de natureza têm uma forte rela o com os elementos naturais, tendo no PNM um meio ideal para a sua prática, ainda que com algumas limita es. O alojamento turístico   um fator essencial para a atividade turística e tem vindo a crescer, contando atualmente com cerca de 20 unidades de alojamento dentro da AP. A anima o ambiental, passando pela degusta o da gastronomia e produtos tradicionais regionais e pela observa o das artes e ofícios tradicionais da região, assim como desfrutar dos rituais e jogos tradicionais   um fator de frui o dos valores naturais e culturais próprios da área protegida.”

PBV: “No que diz respeito ao Parque Biológico sempre que são feitas as atividades nos Polos, como caminhadas, temos sempre em conta o respeito pela fauna e flora existente. O Pólo da Charca da vidoeira é uma estrutura fechada onde é possível observar os animais que lá se deslocam para saciar a sede sem perturbar os animais. O Pólo da Barragem de Prada é uma estrutura aberta onde se podem observar as aves migratórias que se deslocam para Portugal na primavera. O Pólo da Cidadelha fica a 1025 de altitude podendo observar-se na primavera o acasalamento das borboletas.”

GTC: “As infraestruturas destinadas a este tipo de atividades encontram-se enquadradas no meio em que se inserem, de forma a provocar o mínimo de impacto visual.”

De acordo com as atividades que se podem desenvolver nas instituições, procurou-se obter informação acerca do número de turistas que passam por estes locais nos últimos dois anos. Assim, foi perguntado às três instituições *se tem as infraestruturas necessárias e adequadas para a prática do turismo de natureza (Q5) e ainda, quantas infraestruturas possui a instituição para a realização do turismo de natureza (Q5.1), se existe uma grande afluência por parte de turistas, visitantes (Q5.2) e, nos últimos dois anos, quantas pessoas passaram por estas instalações e quanto tempo ficaram (Q5.3)*. As respostas obtidas foram muito sintéticas, centrando-se principalmente na quantificação do número de visitantes:

PNM: “Nos últimos 2 anos, tiveram contacto direto com as instalações do PNM cerca de 15.000 pessoas e em média passam 3 dias na AP. Não podemos esquecer que os visitantes, que passam pelo turismo de Bragança e que vêm essencialmente atraídos pelo PNM, não estão englobados neste número.”

PBV: “A afluência de visitantes é elevada segundo os dados de 2013 foram 30 mil visitantes. Nos últimos dois anos passaram a volta 80 mil pessoas em média ficaram 8 noites.”

GTC: “Sim, em 2013 registaram-se 1552 visitantes.”

Na segunda parte da entrevista, pretendeu-se perceber se os responsáveis pelas instituições colaboradoras consideram que o turismo, devido à procura dos turistas a estas instituições, tem influência no DL. Assim, as questões número seis e sete inquiriam: *Q6-De que forma o turismo ajuda a promover a gestão e valorização dos*

recursos naturais? Q7-De considerar-se o turismo um impulsionador do desenvolvimento local? Mais uma vez se verifica que as respostas são bastante coincidentes no seu conteúdo geral, dado que todos os dirigentes consideram que o turismo pode de facto ser um impulsionador do DL através da valorização dos recursos endógenos nos quais a região é rica:

PNM: “Um dos aspetos mais positivos é que o turismo de natureza pode constituir-se como uma interessante alternativa para o desenvolvimento sustentado da região. Contribui igualmente para melhorar a qualidade do serviço prestado pelos agentes turísticos, um segmento com potencial relevante para áreas desfavorecidas do interior do País. Ao compatibilizar as atividades de turismo de natureza com as características ecológicas e culturais específicas da região, passa a existir uma interação sociocultural enriquecedora para visitantes e população local.”

PBV: “Pela divulgação e valorização dos recursos existentes e a importância dos mesmos para as futuras gerações. A paisagem deve ser vista como o recurso natural mais valioso contribuindo para o desenvolvimento local pela qualidade do meio ambiente e por uma oferta que se considera como única.”

GTC: “O turismo de natureza tem como um dos objetivos a interpretação do meio ambiente e por conseguinte a sensibilização para a sua proteção, nomeadamente através de painéis interpretativos, folhetos, informação disponível on-line. Sim, o turismo de natureza permite a criação de uma série de infraestruturas necessárias à visitação, nomeadamente hotéis, restaurantes, empresas de animação turística, o que promove o desenvolvimento local.”

Pretendia-se com a última questão, saber que tipo de desenvolvimento proporcionam estas instituições para a região e quais os seus impactos: *Q8-Que tipo de desenvolvimento o turismo na instituição proporcionou para a região? Q8.1-Quais os seus impactos?* Relativamente ao impacto que este desenvolvimento traz para a região, os entrevistados referem que são benéficos para a população e para a região, através do aumento do número de visitantes, que gera a criação de emprego, contribuindo para a economia local, divulga a região a nível nacional e internacional, mas sempre na perspetiva de preservação e conservação dos recursos naturais:

PNM: “A possibilidade de desfrutarem das Áreas Protegidas como locais de interesse natural e cultural, contribui certamente para a economia dos locais visitados, para a eventual criação de emprego e melhoria das oportunidades disponíveis.”

PBV: “Contribui para uma maior divulgação do concelho, quer a nível nacional quer internacional, divulgando a fauna e flora existente em toda a área do Parque. O turismo através de uma intervenção educacional vai de encontro a valorização e respeito pela natureza. Os impactos são positivos para a valorização e o respeito pelo meio ambiente.”

GTC: “Os impactes verificados no território do Geopark Terras de Cavaleiros são benéficos para a região, nomeadamente no aumento da visitação e oportunidade para criação de negócios intrínsecos a este tipo de turismo.”

Em síntese, através destas entrevistas foi possível apurar que os responsáveis pelas três instituições que responderam, nomeadamente o Parque Natural de Montesinho, o Parque Biológico de Vinhais e o Geopark Terras de Cavaleiros, coincidem nas apreciações que fazem da relevância das atividades que realizam para o DL da sua área de intervenção, considerando-a positiva e relevante, e coincidem também na apreciação que fazem sobre os principais fatores de sucesso, indicando que há uma relação direta entre o DL promovido e as boas condições naturais em que operam. É de referir também o impacte direto destas instituições nas populações local, visto que estas são inseridas nas atividades desenvolvidas, em especial o PBV e o GTC. Por outro lado, mereceu destaque também o facto de que muitos dos visitantes não são da região, vêm de outras regiões do país e até mesmo de outros países, pelo que este tipo de turismo permite, além do impacte económico direto para este território, uma mais-valia sociocultural, dado que enriquece as dinâmicas culturais, quer pelo contactos com outras comunidades, quer por estimular as populações locais a viverem e recriarem e exporem as suas tradições.

Embora não tendo sido questionado diretamente, todos os entrevistados salientam que a excelente qualidade ambiental da região é fortemente potenciadora do turismo, nomeadamente do turismo de natureza, mas também da vinda de visitantes abrangidos por outros conceitos de turismo (turismo gastronómico, turismo sénior e outros). E consideram relevante que a região mantenha as qualidades ambientais, pelo que, referem (indiretamente na entrevista, porque não foi perguntado, mas explicitamente

evidente nos objetivos das atividades que promovem), será necessário assegurar que, no seu conjunto, o Desenvolvimento Local deve ser feito de forma a assegurar isso mesmo, sendo necessário, portanto, que as dinâmicas locais privilegiem o Desenvolvimento Sustentável e, para aí se chegar, que seja promovida a Educação Ambiental.

4.3 Discussão de resultados

Depois da análise dos dados feita anteriormente, verifica-se alguma falta de informação em alguns aspetos de relevância para a investigação, exemplo disso são os planos de atividades que não tinham de forma explícita as atividades desenvolvidas e a forma como eram desenvolvidas, no entanto a informação recolhida na CoraNE foi a mais completa em relação às outras instituições.

Após a análise inicial dos dados recolhido foram estabelecidas as categorias de análise e identificados os respetivos descritores. Na tabela 14 é apresentada uma síntese dos descritores de análise dos dados para as quatro instituições participantes no que diz respeito à “Importância da EA para o DL”, tendo por base a média anual no período em estudo (2012 a 2014).

Tabela 14: Síntese dos descritores referentes à "Importância da EA para o DL".

Categoria de análise: Importância da EA para o DL				
Descritores (Número médio de eventos por ano)	PNM	PBV	GTC	CoraNE
Ações EA para Escolas	30	32	16	3
Ações EA para público geral	229	55	20	20
Ações EA para público específico	4	Desconhecido	16	Sim não quantificado
Publicações	Sim não quantificado	Sim não quantificado	Sim não quantificado	4

Na tabela 15 é apresentada uma síntese dos descritores de análise dos dados para as quatro instituições no que diz respeito ao “Turismo como fonte de DL” tendo por base a média anual no período em estudo (2012 a 2014).

Tabela 15: Síntese dos descritores referentes ao "Turismo como fonte de DL".

Categoria de análise: Turismo como fonte de DL				
Descritores (Número médio por ano)	PNM	PBV	GTC	CoraNE
Visitantes	7716	15823	3227	Não se aplica
Infra-estruturas para acolhimento de turistas	20 Casas	1 Hospedaria 1 Casa 1 Parque Campismo 7 Bungalows	6 Casas Praia fluvial do Azibo	38 Casas (privadas)
Publicações	Desconhecido	Sim não quantificado	Sim não quantificado	4

Parte das atividades do PNM são dirigidas ao público escolar, em especial a parte da sensibilização ambiental, tendo cerca de 30ações com as escolas. Devido ao meio onde se insere o PNM oferece uma grande variedade de espaços e lugares para visitar, e uma fauna e flora variadíssima para observar, o que tem trazido vários visitantes à região cerca de 7716 por ano ao longo dos últimos três anos, promove também ações de informação para o público em geral sobre a importância da EA e sobre a valorização do espaço. O PNM promove também ações dirigidas a um tipo de público específico por exemplo para apicultores e pastores. Encontram-se na área do parque e sob a sua tutela 20 casas de turismo, que foram recuperadas pelo parque em parceria com as autarquias locais para promover a região e conseguir atrair mais visitantes.

O PBV oferece tal como o PNM, um conjunto de atividades de sensibilização ambiental ao público escolar, exemplo dessas atividades são as visitas guiadas, vários jogos tradicionais e os passeios pedestres, tendo recebido em média por ano nos últimos três anos cerca de 32 escolas. E realizando cerca de 55 ações de EA para o público em geral. Uma mais-valia do PBV são as suas infra-estruturas que o complementam com uma grande diversidade de serviços, tornando-se assim num ponto de atração turística, recebendo cerca de 15823 visitantes por ano ao longo dos últimos três anos.

O GTC para além da parte da sensibilização para a comunidade escolar, acerca da geologia, fauna e flora existente na área do geoparque, proporcionando uma média de 16ações para o público escolar por ano ao longo de 2013 e 2014. Para além dos percursos pedestres e visitas guiadas, atividades para um público mais abrangente tendo promovido em média por ano nos últimos dois anos cerca de 20 visitas guiadas pelo seu território. O GTC organiza também os pacotes turísticos, onde os visitantes podem tomar conhecimento de outras experiências como a apanha da azeitona, da castanha,

vindima, entre outras, motivos que trouxeram a região do GTC cerca de 3227 visitantes por ano nos anos de 2013 e 2014. O GTC promove e participa em encontros, feiras e festas da região dando assim a conhecer não só a parte da geologia mas também a cultura da região, isto é, as tradições, o saber fazer desta gente.

A CoraNE á semelhança das outras três instituições, promove também atividades de sensibilização ambiental nas escolas, embora em menor número. Procura auscultar as experiências, sucessos, dificuldades, necessidades junto da população de forma a poder utilizar os recursos endógenos, as potencialidades da sua área de atuação, conseguindo através dos vários projetos potenciar o desenvolvimento da região. Com os projetos escolhidos para a investigação a CoraNE pretende promover o território, utilizar os recursos endógenos que conferem a identidade ao local em recursos turísticos. Criando desta forma, novas empresas, postos de trabalho, aumento do número de turistas, criação de novos produtos, travar o despovoamento da região, entre outros.

Como ficou explícito anteriormente, todas as instituições têm atividades relacionadas com a sensibilização ambiental destinadas a um público específico, as escolas. Contudo a maioria das atividades é dirigida ao público geral, que, sendo um público mais abrangente, pode ser mais difícil de atingir e até de quantificar, quer em número, quer na avaliação da concretização dos objetivos das próprias ações. Constata-se também que grande parte das atividades é comum às quatro instituições, como por exemplo, os percursos pedestres, os passeios de bicicleta, observação de aves.

Em comum estas instituições têm também o facto de as suas atividades serem relacionadas com o turismo. O turismo tem sido uma aposta de vários países com baixos níveis de desenvolvimento para conseguir uma nova dinâmica, mostrando-se assim como uma atividade geradora de desenvolvimento. Pode ser considerado impulsionador do Desenvolvimento Local, uma vez que está intimamente ligado aos valores das regiões através das transformações dos recursos naturais numa influência para a região. O turismo pode ajudar a estimular o interesse da comunidade local, pela própria cultura, tradições, costumes, pelo património histórico. Souza (2009) assume que o turismo tem contribuído para que os residentes locais e os turistas tenham uma maior consciência ambiental.

De forma geral, as instituições referem que o turismo de natureza, o tipo de turismo praticado por cada instituição, é um produto turístico composto por vários serviços, como o alojamento e atividades de carater ambiental. De forma a promover a

ocupação dos tempos livres, contemplando, respeitando e valorizando os recursos naturais e culturais (Tabela16).

Na tabela 17 é apresentada uma síntese dos descritores de análise das entrevistas para as três instituições no que diz respeito a “Importância do turismo para o DL”.

Tabela 16: Síntese dos descritores à " Importância do turismo de natureza para as instituições"

Categoria de análise: Importância do turismo de natureza para as instituições			
Descritores	PNM	PBV	GTC
Conceito de TN	Interpretação, contemplação e usufruto da natureza nas suas várias vertentes	Respeito e valorização dos recursos naturais	Permite contemplar e desfrutar do património natural
Afluência dos turistas	Grande afluência ao longo dos últimos anos.	Pelo número de visitantes constata-se que é um ponto de atração muito elevado.	Ao longo dos últimos dois anos tem-se verificado um aumento de visitantes ao GTC.
Relação das instituições com a população local	De forma geral a população considera positivo o papel do PNM.	Mantem um contacto com a população local.	A população beneficia com o GTC com o aumento de visitantes para a região.

Tabela 17: Síntese dos descritores para a "Importância do turismo para o DL"

Categoria de análise: Importância do turismo para o DL			
Descritores	PNM	PBV	GTC
Turismo como fator de DL	Constitui-se como uma alternativa para o DL.	A paisagem deve ser visto como o recurso mais valioso para o DL.	Permite e promove o DL através da criação de uma série de infraestruturas.
Desenvolvimento proporcionado na região	Melhoramento na economia local através da criação de emprego e outras oportunidades.	Divulgação do concelho a nível nacional e internacional.	Aumento de visitantes na região e a oportunidade para a criação de negócios relacionados com o TN.

Referem ainda que nestas instituições (PNM, PBV, GTC), o turismo que se pratica é um turismo responsável, que tem sempre em conta a preocupação de preservação e valorização dos recursos naturais e culturais, uma vez que o meio onde estão inseridas é a sua mais-valia. Defendem que a população local beneficia com este tipo de atividades ligadas ao turismo de natureza, na medida em que promovem afluência de turistas ao território, o que traz melhorias em termos de desenvolvimento económico e social e fortalece o contato e respeito da população local pelo território, pela cultura e tradições.

Foi possível perceber que da parte dos técnicos, este facto de que o turismo é uma mais-valia para a região é ponto assente, visto que todos eles concordaram que o turismo beneficia a região, através da atração de visitantes para a região, pelo reconhecimento a nível nacional e internacional da região, o envolvimento da população local, permite também a criação de uma série de infra-estruturas como hotéis, restaurantes, empresas de animação turística o que leva a criação de postos de trabalho e como tal, à fixação de população na região e consequentemente ao DL. De referir também que o envolvimento da população é essencial e muitas vezes fulcral para o desenvolvimento de algumas das atividades.

É necessário que a comunidade local participe, pois segundo Barquero (2001), o DL propõe atender as necessidades e demandas da população local, através da participação ativa da comunidade. Ainda na perspetiva do mesmo autor, o DL pode ser

visto como um processo de crescimento e de mudança estrutural, liderada pela comunidade local ao utilizar o seu potencial de desenvolvimento, que leve á melhoria do nível de vida da população.

É consensual que o turismo é um importante instrumento de DS quando associado aos recursos naturais e culturais que as regiões oferecem pode potenciar as economias locais de forma sustentada. Contudo para a promoção do turismo de forma sustentada, é essencial reconhecer a importância e a qualidade dos recursos que estão na base das atividades turísticas. Estes recursos devem ser compatíveis com a natureza e o meio. Evidenciando-se assim a importância da parte ambiental para o turismo, facto que as instituições consideram essencial. Destacar também a importância dos espaços naturais protegidos para a prática do turismo. Sendo criados para a preservação e proteção da natureza, atualmente o crescimento das atividades turísticas nestes espaços está associado a modelos de Desenvolvimento Sustentável.

O desenvolvimento do turismo pode ter consciências ambientais positivas e negativas, depende da capacidade de gestão e planeamento das atividades. É necessário que seja feito de uma forma sustentada, garantindo a proteção e preservação dos recursos naturais, valorizando a interação entre as componentes ambientais, sociais e económicas. Se a sustentabilidade não estiver presente, o turismo pode ter impactos que afetam diretamente a população local como por exemplo, a poluição do solo, água, poluição sonora, e pode também refletir-se em desequilíbrios ecológicos na fauna e flora. Neste sentido, através das opiniões dos dirigentes das instituições ficou assente que é uma preocupação a implementação de atividades de forma sustentada, garantindo a preservação dos recursos. Por isso, a importância da sensibilização e consciencialização da população, por meios das atividades. Mostrando desta forma a importância da EA para a prática do turismo sustentável e não só, e a forma como contribui para o DS.

Percebe-se, assim, que a EA não se limita à proteção do ambiente, mas também tem outros objetivos como: informar, consciencializar e sensibilizar a população de todos os setores, de todas as áreas sobre os problemas do ambiente e não só, problemas de outras áreas que afetam todo o planeta. A intervenção da EA é feita de várias formas, como por exemplo através do turismo, potencializando a participação da população na discussão e resolução destes problemas de uma forma mais informada e consciente, criando um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Importa salientar também a importância das áreas naturais protegidas no DL. Os recursos destas áreas são por vezes raros e únicos, geralmente caracterizados por uma fragilidade e suscetíveis a perdas irreparáveis se não forem protegidas e compreendidas pelas populações locais. Neste contexto, surgem os programas de EA que contribuem para suprir a necessidade de informação, e para reorientar hábitos, atitudes, costumes e valores das comunidades e visitantes. Inserir a EA nas atividades de turismo de natureza é uma boa forma de potenciar o DL.

CAPÍTULO V - Conclusões

Ao longo desta investigação pretendeu verificar-se a importância da EA para o DS, como interação estes conceitos, e perceber se as quatro instituições que participam nesta investigação contribuem para o DL, através das suas atividades e projetos. As práticas de DS visam sobretudo a construção de uma sociedade mais sustentável, através da gestão equilibrada dos seus recursos naturais e culturais. É por isso necessária a implementação de práticas sustentáveis e a intervenção de todos os intervenientes, quer das entidades que operam no território, incluindo os decisores políticos.

Este capítulo encontra-se dividido com as principais conclusões, as implicações do estudo, as limitações do estudo e as sugestões para futuras investigações, que se encontram descritas de forma mais pormenorizada a seguir.

5.1 Principais conclusões

A EA pretende uma melhoria das relações do Homem com o ambiente, levando para isso, a uma alteração de atitudes, comportamentos na relação com o ambiente, para uma interação mais positiva. O DS é um conceito que tem vindo a assumir uma grande importância em vários setores. Pretende a construção de uma sociedade sustentável, justa, a gestão equilibrada dos recursos naturais e proporcionar qualidade de vida a todos sem comprometer as gerações futuras. O DS e a EA partilham estratégias de atuação semelhantes, apesar de não terem objetivos comuns, o DS estende o conceito de EA ao integrar outras dimensões, a dimensão ambiental, social e económica, por isso pode considerar-se que são indissociáveis, existe uma cooperação entre conceitos.

Com o decorrer desta investigação, percebe-se que o papel das instituições é considerável na implementação do DS na região, através das atividades e projetos que promovem, ainda que de uma forma residual, em menor escala do que seria esperado. O PNM com a sua grande abrangência, dispõe de um espaço de atração com uma biodiversidade ímpar, onde é possível estar em contacto com esta fauna e flora através dos percursos sinalizados, pela prática de diversas atividades (BTT, passeios, desporto, observação de aves) e pelo do alojamento disponível neste espaço.

O PBV com a diversidade existente de fauna e flora local, com uma área de alojamento constituída por confortáveis bungalows, está complementado com o CIRAP,

com um Centro Hípico, o Centro Micológico e a Piscina Biológica, aliado as diversas atividades proporcionadas como passeios e visitas guiadas, constitui-se como um ponto de referência para a região.

O GTC apesar de recente verifica-se que tem mostrado grande interesse por parte dos visitantes, ao quererem conhecer este novo conceito na região e terem conhecimento de novas experiências, através das visitas guiadas, das rotas e dos pacotes turísticos. A CoraNE promove, apoia e realiza um aproveitamento racional das potencialidades do território, visando contribuir para o desenvolvimento social, económico e cultural. Contribui para a promoção da região a nível nacional e internacional pela participação em feiras, congressos.

De salientar que todas estas instituições, tem atividades de sensibilização ambiental nas escolas e também pela realização/participação em algumas palestras, seminários e sessões de esclarecimento. Para além da parte da sensibilização as quatro instituições trabalham em conjunto com entidades da região, e outras a nível internacional, estabelecendo relações de parceria, constituindo-se um fator importante para o desenvolvimento do trabalho nas instituições.

Outro ponto comum, é que para além de serem pontos de interesse da região, consideram o turismo um instrumento de apoio ao DL.

Dada a potencialidade que o turismo apresenta para o DL através da valorização dos recursos naturais, verifica-se que o turismo e o ambiente, estão intimamente inter-relacionados, pois o turismo tem no ambiente os recursos base para o seu desenvolvimento. A sustentabilidade desta atividade depende assim, de uma gestão ambiental articulando os valores de proteção dos recursos, com a garantia de qualidade de vida das populações locais.

Assim como o ecoturismo a EA são movimentos e fenómenos sociais e englobam diversas linhas de pensamento e temas em comum, a crise ambiental e a importância de natureza. Por um lado a natureza é vista como recurso económico e por outro como valor humanista, onde o ser humano passa a reconhecer-se como responsável e parte integrante da dinâmica e relações naturais.

Por definição o turismo é uma atividade que assenta nos elementos naturais ou atividades humanas que provoquem a deslocação de pessoas. Em termos históricos, o turismo apresenta-se como uma atividade cada vez mais diversificada tanto no que se refere à procura como à oferta. Sobretudo no que respeita à procura, esta tem

progressivamente deixado de estar centrada unicamente no turismo balnear, dando lugar à procura do turismo rural, cultural, histórico e natural.

Como resposta a esta tendência da procura, torna-se cada vez mais necessária uma transformação da oferta, tornando-se assim imprescindível, uma aposta na sua diversificação através do aproveitamento do meio rural e do meio urbano. Apresenta-se como uma atividade com notórias potencialidades de impulsionar o desenvolvimento das regiões. Estando fortemente ligada aos valores da região, esta atividade tem a capacidade de transformar os recursos endógenos em mais-valias locais, criando desta forma um maior valor acrescentado a todo o património cultural, histórico e natural de uma região (Cunha, 2006).

Como se pode constatar através das atividades, umas mais que outras, que estas instituições oferecem pode-se considerar que são espaços que conduzem ao DL, através do turismo, essencialmente o ecoturismo, o turismo de natureza. A prática da atividade do ecoturismo tem por base os recursos naturais, o que leva a que a parte ambiental tenha um grande peso para a sua realização, o que demonstra a importância da EA nesta atividade e como ela pode funcionar como “motor” do DL, imprescindível para alcançar o DS.

É a pensar em como propor mudanças de valores e na relação homem-ambiente que o turismo pode ser inserido na discussão da EA. Podendo atividade turística ser enquadrada como um espaço para a ação da EA não-formal. Contudo o ecoturismo não se confunde com a EA, pois ele por si só não tem o cunho educativo e sim muito mais o de lazer.

Nas atividades realizadas pelas instituições verifica-se que existe a preocupação de que a EA esteja na sua base, e que assim se consiga promover na região um tipo de desenvolvimento em vários níveis através do turismo.

Cada vez mais o turismo precisa da parte ambiental, de boas práticas ambientais para a sua concretização, ao contrário do que acontecia em tempos passados. Contudo ainda há, e vai haver sempre, coisas que se podem fazer no que diz respeito ao DL, apesar do que já é feito. Poderia ser tirado um maior partido do meio onde estão inseridas as instituições, pois é uma região vastíssima em várias áreas, como na cultura, gastronomia, em recursos naturais, no património etnográfico e no alojamento local.

As quatro instituições têm caminhado no sentido de promover a região, tendo na base ações de EA para conseguir de uma forma mais plena o DL. Constatando-se que poderia ser feito mais na envolvimento da população local nas diversas atividades, pois

constitui-se como uma mais-valia para a continuidade desses projetos. E na divulgação das atividades e resultados destas para toda a comunidade. É necessário mudar mentalidades, comportamentos e atitudes, pois quando se relaciona EA e DS é preciso promover os conhecimentos da população e conseqüentemente a mudança de atitudes. Para tal é necessário haver por parte das entidades competentes não um discurso de promessas mas de ações e incentivar toda a comunidade.

5.2 Limitações do Estudo

Conclui-se que de forma geral foram atingidos os propósitos da investigação, no entanto houve algumas limitações na informação e dados recolhidos. A pouca informação disponibilizada por algumas das instituições acerca das atividades que promovem, como por exemplo os objetivos e os resultados dessas atividades.

Outro ponto fraco na investigação foi a gestão do tempo, uma vez que os trabalhos de natureza exploratória exigem longos períodos de recolha de informação, usualmente dispersa, assim como bastante disponibilidade para realizar os contactos com as instituições.

Estas limitações condicionaram a investigação, pelo que se reconhece que há muito mais a saber acerca das instituições estudadas e dos reflexos do trabalho que elas promovem relacionado com o DL.

5.3 Implicações do Estudo e sugestões para investigações futuras

Cada vez mais a EA tem sido um veículo importante na implementação de ações transformadoras que conduzam ao DS. As mudanças de comportamentos em relação ao ambiente acontecem quando a sociedade em geral tiver consciência da ideia de proteção dos recursos naturais, num contexto integrado e associativo entre homem e ambiente. As instituições participantes nesta investigação têm como objetivo o DL de uma forma sustentável através das diversas atividades relacionadas com a EA. Tem como meio de se desenvolver o turismo de natureza, que se constitui como uma alternativa económica de baixo impacto ambiental e capaz de contribuir para o DL. Deve ainda permitir a aprendizagem de novas atitudes de respeito aos valores ambientais e culturais, respeitando a natureza e o “outro”, ou seja, as atuais e futuras gerações. Contudo é necessário que mais seja feito na forma de envolvimento da comunidade e noutros atores sociais, pois a integração da comunidade potencia efeitos positivos na atividade, sendo as próprias comunidades as mais apropriadas para transmitir a “alma” do lugar.

A realização desta investigação permitiu perceber o papel importante da EA para o DL e como o ecoturismo é um meio marcante para alcançar o DS.

Percebendo que ainda há muito para entender na relação da EA e DS e sobre a forma de trabalho das instituições escolhidas para esta investigação, parece pertinente que existam futuras investigações sobre esta temática.

Neste sentido seria interessante, numa futura investigação entender como se relacionam e como trabalham com a população local e perceber a opinião da população local acerca do trabalho das instituições.

Estender a investigação a setores de acolhimento de visitantes, nomeadamente da hotelaria, também parece pertinente, para ver se acham que o trabalho destas instituições contribui para o aumento de visitantes na região.

Propõe-se um alargamento do campo de investigação para futuras investigações, tendo como ponto de partida esta investigação.

Referências Bibliográficas

- Abranja, N.; Almeida, I. (2009). Turismo e Sustentabilidade. *COGITUR-Journal of Tourism Studies*. 2 (2), 15-31.
- Anderson, G. (2000). *Fundamentals of educational research*. London: Falmer Press.
- APA, A. P. (2006). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 Portugal*. Lisboa: Conselho de Ministros.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo (L.de A.Rego e A.Pinheiro, trads)*. Lisboa: Edições 70.
- Barquero, A. V. (2001). *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística.
- Barquero, A. V. (2001). *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre.
- Battassini, P., & Costa, B. (2009). *Desenvolvimento Local e Educação Ambiental: Questões e desafios*. Universidade Católica Dom Bosco.
- Battassini, P., & Costa, R. B. (2009). *Desenvolvimento Local e Educação Ambiental: Questões e desafios*. Obtido em 01 de 06 de 2015, de http://www.cenedcursos.com.br/upload/ea_dl.pdf.
- Bauer, M., & Gaskell, G. (2008). *Qualitative researching with text, image and sound*. London: SAGE.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em Educação- Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Brilha, J. (2005). *Património Geológico e Geoconservação da Natureza na sua vertente geológica*. Viseu: Palimage Editores.
- Brito, B. R. (2003). O turista e o viajante: Contributos para a conceptualização do turismo alternativo e responsável. *IV Congresso Português de Sociologia, Associação Portuguesa de Sociologia*. Lisboa.
- Burnay, M. (1997). *Turismo e Desenvolvimento. As Áreas Protegidas e o desafio da sustentabilidade*. Tese de Mestrado,ISCP-UTL, Lisboa.
- Cavaco, C. (1995). *As regiões de fronteira. Inovação e Desenvolvimento do Mercado Unico Europeio*. Lisboa: CEG-UL.
- Cavaco, M. H. (1992). *A Educação Ambiental para o Desenvolvimento*. Lisboa: Escolar Editora.
- CMAD, C. M. (1991). *O nosso Futuro Comum*. Lisboa: Meribérica/Liber.

- Colás, P. (1992). La investigación en el campo. In P. Colás, & L. Buendía, *Investigación Educativa*. Sevilla: Alfar.
- Colás, P. (1998). El análisis cualitativo de datos. In L. Buendía, P. Colás, & F. Hernández, *Metodos de investigacion en Psicopedagogia*. Madrid: MC-Graw-Hill.
- CoraNe. (2014). *Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina*. Obtido de CoraNE: <http://www.corane.pt/quem-somos/#>
- Craveiro, V. (2007). *Formação em contexto: um estudo de caso no âmbito da pedagogia da infância*. Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- Cunha, L. (2001). *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Verbo.
- Cunha, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Verbo.
- Cunha, L. I. (2008). A educación ambiental como elemento estratéxico da acción local. In L. I. Cunha, *Estratxias de Educación Ambiental- Modelos, experiencias e indicadores para a sostenibilidade loacal* (pp. 13-26). Vigo: Eixo Atlântico.
- Cunha, L. I., & Santiago, M. P. (2008). A educación ambiental como elemento estratéxico da acción local. In L. I. Cunha, *Estratxias de Educación Ambiental- Modelos, experiencias e indicadores para a sostenibilidade loacal* (pp. 13-26). Vigo: Eixo Atlântico.
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (1994). *Handbook of qualitative reserch*. Califónia: SAGE.
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (2008). *Collecting and interpreting qualitative materials*. Los Angels: SAGE.
- Figueiredo, E. (2003). *Um rural para viver, outro para visitar- o ambiente nas estratégias de desenvolvimento rural*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa.(3º ed.)*. São Paulo: Artmed.
- Flores, J. (1994). *Análisis de datos cualitativos-Aplicaciones a lá investigacion educativa*. Barcelona: PPU.
- Fontana, A., & Frey, J. (1994). *Interviewing: the art of Science. Handbook of qualitative research*. Califónia: SAGE.
- Fraga, M. (2003). *Turismo e Desenvolvimento Sustentáve: referências e reflexões*. Rio de Janeiro: Observatorio de Inovação do Turismo.

- Geopark. (2014). *Geopark Terra de Cavaleiros*. Obtido de Geopark Terra de Cavaleiros: <http://www.geoparkterrasdecavaleiros.com/pt-pt/content/defini%C3%A7%C3%A3o>
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.
- Hernandes, A. L. (2009). Introdução ao conceito de desenvolvimento sustentável. In M.Fujihara, & F.Lopes, *Sustentabilidade e mudanças climáticas* (pp. 17-20). São Paulo: Editora Senac.
- Jacobi, P. (2003). Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, 18, 189-205.
- Joaquim, G. (2003). *Turismo Sustentável: o desafio da inovação e da tradição*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.
- Júnior, I. S. (2008). A Educação Ambiental como meio para a concretização do desenvolvimento sustentável. *Direito Público*, 1 (7), 128-140.
- Lakatos, E., & Marconi, M. A. (1996). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Lopes, J. S. (2004). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Marques, V. S. (1998). *O Futuro Frágil: Os desafios da Crise Global do Ambiente*. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda.
- Meira-Carrea, P. Á., & Pinto, J. R. (2008). A Educação Ambiental em Galícia e Norte de Portugal: Uma valoração estratégica o desde a perspectiva local « Eixo Atlântico». In L. I. Cunha, *Estratexias de Educación Ambiental- Modelos, experiencias e indicadores para a sostenibilidade local* (pp. 61-62). Vigo: Eixo Atlântico.
- Melo, A. (1998). Ditos e reritos em torno do desenvolvimento local. *A REDE*, 5-8.
- Minayo, M. (1993). *Desafio do conhecimento, Pesquisa Qualitativa*. São Paulo: Hucitec/Abrasco.
- Moreira, S. V. (2005). *Análise documental como método e como técnica. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas.
- Neves, J. L. (1996). Pesquisas qualitativas- Características uso e possibilidades. *Cadernos de Pesquisa em Administração*. 1 (3).
- Oliveira, A. P. (2007). *Análise documental do processo de capacitação dos multiplicadores do projeto*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Partidário, M. R. (2003). *Turismo em espaços rurais e naturais: Uma oportunidade sustentável*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.
- Paula, J. (2014). *Políticas de apoio ao desenvolvimento local*. Obtido de Políticas de apoio ao desenvolvimento local: http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0C DUQFjAC&url=http%3A%2F%2Fdowbor.org%2Fcrise%2Fpoliticasapoiodl_juarezdepaula.doc&ei=W-sFVPeCD6P9ywPT_ICACQ&usg=AFQjCNFGjfhS2GWKHbxHobzy4AJKA8-ICg
- Pinto, A. (2004). Turismo em Espaço Rural: motivações e recursos em Ferreira de Aves-Satão. *Revista Turismo e Desenvolvimento, 1 (2)*.
- PNM. (2014). *Parque Natural de Montesinho*. Obtido de Instituto de Conservação da Natureza e Florestas: <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnm/class-carac>
- Polése, M. (1998). *Economia Regional e Urbana-Lógica Espacial das transformações económicas*. Coimbra: Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional.
- PVB. (2014). *Parque Biológico de Vinhais*. Obtido de Parque Biológico de Vinhais: <http://www.parquebiologicodevinhais.com/homepage/quem-somos>
- Régua, M. C. (2011). *Os Centros de Interpretação Ambiental como polos dinamizadores de Educação Ambiental no 1º ciclo do Ensino Básico*. Tese de Mestrado em Educação Ambiental, Escola Superior de Educação de Bragança, Bragança.
- Ribeiro, J. C. (2001). Turismo no espaço rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal. *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu- atas do VIII Encontro Nacional da APDR*. Coimbra: APDR.
- Ruchkys, U. (2007). *Património geológico e geocomservação no quadrilátero Ferrífero: Minas Gerais: Potencial para a criação de um Geoparque da Unesco*. Tese de Doutoramento, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Santos, S., & Dias, R. A. (2008). *Sustentabilidade, Competitividade e Equidade Ambiental e Social*. Edições Almedina.
- Schmidt, L., Nave, J. G., & Guerra, J. (2006). *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável Agenda21 Local e Novas Estratégias Ambientais*. Porto: Fronteira do Caos Editores LDA.
- Schmidt, L., Nave, J. G., & Guerra, J. (2010). *Educação Ambiental Balanços e perspectivas para uma agenda mais sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Silva, E. L. (2012). *Políticas de sustentabilidade ambiental nas cidades: um estudo de caso aplicado as câmaras municipais portuguesas*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.
- Silvano, M. (2006). *O turismo em áreas rurais como fator de desenvolvimento. O caso de Parque Natural de Montesinho*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Soares, A. M., & Oliveira, L. M. (2006). Educação Ambiental e Desenvolvimento Local: Processos que se Articulam e Redefinem Percepções e Práticas. *III Encontro da ANPPAS*. Brasília.
- Souza, C. A. (2009). *Turismo e desenvolvimento: Percepções e atitudes dos residentes da Serra da Estrela*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro. Aveiro.
- Stake, R. (1999). *Investigacion con estudio de casos*. Madrid: Morata.
- Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*. 39 (3), 507-514.
- Yin, R. (1993). *Applications of case study research*. Beverly Hills: Sage Publishing.
- Yin, R. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

ANEXOS

ANEXO 1 – Guião da Entrevista

- 1- O que é para si o turismo de natureza?
- 2- Como caracteriza o turismo de natureza na instituição?
 - 2.1- Qual a relação com o meio onde se insere?
 - 2.2- E com a população local?
- 3- Que tipo de atividades o público pode usufruir, com o turismo de natureza na instituição?
- 4- Para esta atividade é preciso certas condições ao nível das infra-estruturas, de que forma se consegue assim a preservação e conservação dos recursos naturais?
- 5- A instituição tem as infra-estruturas necessárias/ adequadas para a prática do turismo de natureza?
 - 5.1- Se sim, quantas infra-estruturas possui a instituição para a realização do turismo de natureza? Que condições oferecem?
 - 5.2- Existe uma grande afluência por parte de turistas, visitantes?
 - 5.3- Nos últimos dois anos quantas pessoas passaram por estas instalações? Quanto tempo ficaram?
- 6- De que forma o turismo ajuda a promover a gestão e valorização dos recursos naturais?
- 7- Pode considerar-se o turismo um impulsionador do desenvolvimento local?
- 8- Que tipo de desenvolvimento o turismo na instituição proporcionou para a região?
 - 8.1- Quais os seus impactos?